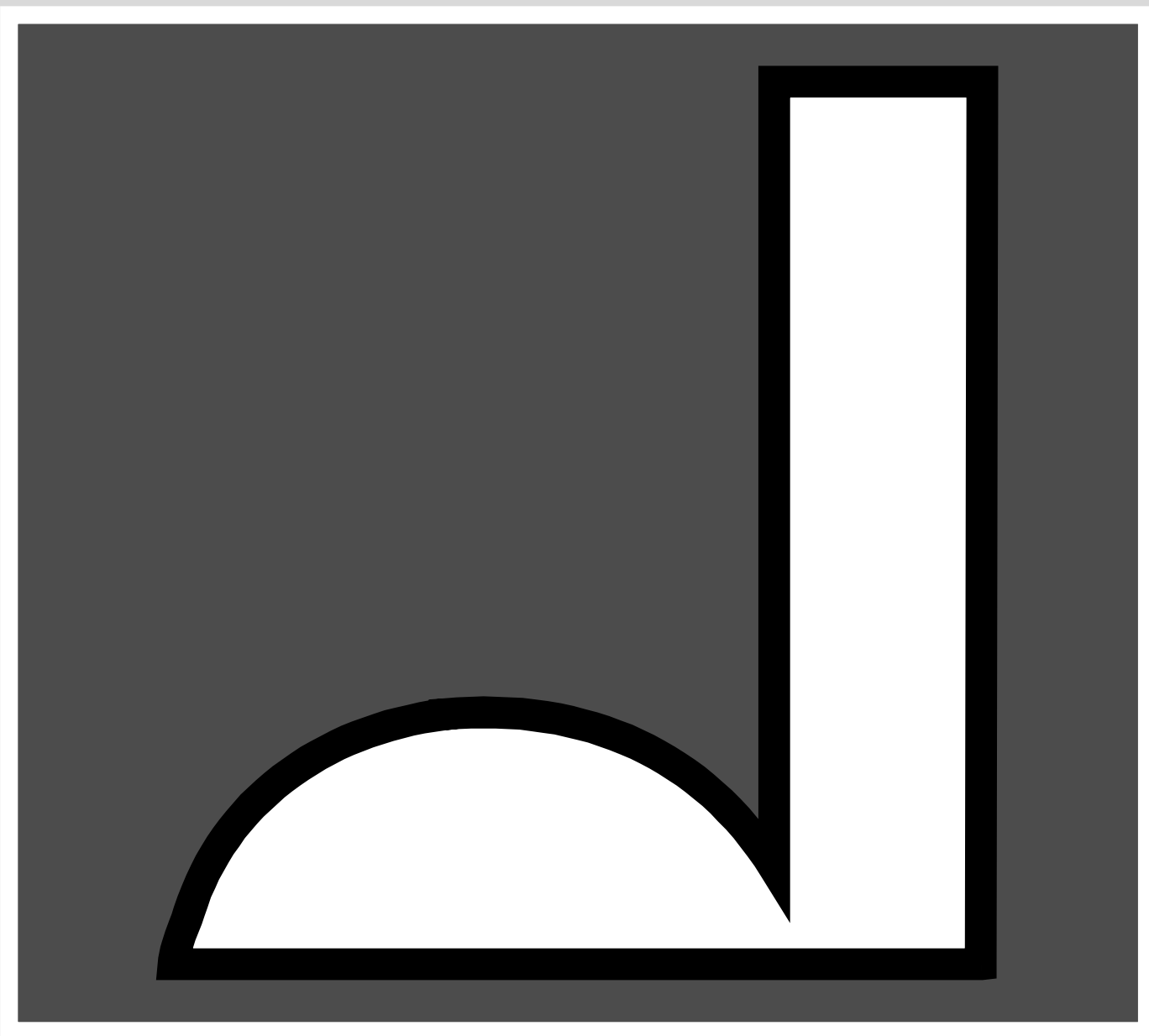




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 152 – TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)

Líder
Tião Viana PT-AC

Vice-Líderes
Antonio Carlos Valadares
Magno Malta
Fernando Bezerra
Roberto Saturnino
Ana Júlia Carepa
Flávio Arns
Ideli Salvatti
Geraldo Mesquita Júnior

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 29 (PFL – PSDB)

Líder
Efraim Morais PFL-PB

Vice-Líderes
Tasso Jereissati
César Borges
Eduardo Azeredo
Rodolpho Tourinho

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Aloizio Mercadante PT-SP

Vice-Líderes
João Capiberibe
Fernando Bezerra
Patrícia Saboya Gomes
Hélio Costa
Marcelo Crivella

LIDERANÇA DO PMDB - 20

Líder
Renan Calheiros PMDB-AL

Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PFL -18

Líder
José Agripino PFL-RN

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges

Rodolpho Tourinho
José Jorge

LIDERANÇA DO PSDB – 11

Líder
Arthur Virgílio PSDB-AM

Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT - 5

Líder
Jefferson Péres PDT-AM

Vice-Líder
Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 3

Líder
Mozarildo Cavalcanti PPS-RO

Vice-Líder
João Batista Motta

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Sérgio Castro
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 126ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 111, de 2003-CN (nº 468/2003, na origem), que encaminha em aditamento à Mensagem nº 319, de 7 de julho de 2003, a proposta de alteração do Projeto de Lei nº 25, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 309.985.729,00 (trezentos e nove milhões, noventa e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, em conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. 28526

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Reabertura dos prazos e alteração do calendário para tramitação do Projeto de Lei nº 25, de 2003-CN. 28526

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 847, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 92, de 1996, nºs 303, 511 e 555, de 1999, nº 156, de 2000, nº 135, de 2002, e nºs 20, 103, 112, 181 e 214, de 2003; e dos Projetos de Lei da Câmara nº 113, de 2000, e 31, de 2001, por versarem sobre a mesma matéria. 28526

1.2.4 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 207, de 2003, de 16 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, solicitando prorrogação do prazo por mais trinta dias para a resposta ao Requerimento nº 616, de 2003, dos Senadores Rodolpho Tourinho e Delcídio Amaral. 28527

Nº 337, de 2003, de 17 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 500, de 2003, do Senador César Borges. 28527

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre a comercialização dos transgênicos. 28527

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Críticas à participação do publicitário Duda Mendonça nas campanhas publicitárias do governo federal, paralelamente às propagandas do Partido dos Trabalhadores. 28530

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 848, de 2003, de autoria do Senador José Sarney e outros senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Risoleta Neves, viúva do saudoso Presidente Tancredo Neves, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, ontem, dia 21 do corrente. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. José Sarney, Arthur Virgílio, Romero Jucá e Aloizio Mercadante, havendo o Sr. Presidente (Eduardo Siqueira Campos) em nome da Mesa se associado às homenagens. 28532

Nº 849, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Risoleta Neves, viúva do saudoso Presidente Tancredo Neves, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, ontem, dia 21 do corrente. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. José Sarney, Arthur Virgílio, Romero Jucá e Aloizio Mercadante, havendo o Sr. Presidente (Eduardo Siqueira Campos) em nome da Mesa se associado às homenagens. 28532

Nº 850, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Louvor a Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Felix do Araguaia, ao ensejo de sua retirada da vida apostólica, perante o Papa João Paulo II, depois de 35 anos de participação em lutas e esforços contra a exclusão social no Brasil. 28534

Nº 851, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos. 28534

Nº 852, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 317, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, e nº 340, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, por versarem sobre a mesma matéria. 28534

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GERSON CAMATA – Associando-se ao voto de pesar formulado à família da Sra. Risoleta Neves. Homenagem pelo transcurso do cinquentenário da Viação Itapemirim. 28535

SENADOR MÃO SANTA – Defesa de projeto do Senador Sérgio Zambiasi, que transfere para a responsabilidade dos Estados o poder de criar e emancipar municípios. 28535

SENADOR OSMAR DIAS – Cobrança do envio pelo governo federal de um projeto de lei estabelecendo regras definitivas para os transgênicos. 28538

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Fórum de Negociações Bilaterais. Reconstituição do Mercosul. Reconhecimento do Brasil no cenário mundial. Indicação do Presidente Lula ao Prêmio Nobel da Paz. Liderança do Brasil nas negociações de Cancún. Rodada do Uruguai. Registro de artigo de sua autoria publicado na **Folha de S. Paulo**, a respeito de subsídios agrícolas dos países ricos. 28541

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexões sobre a realidade do Estado do Amapá, que representa nesta Casa. Comentários sobre artigo do jornal **Folha de S. Paulo** sobre o elevado número de aposentados que trabalham para garantir a própria sobrevivência e a de suas famílias. 28545

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre a agenda internacional do Presidente Lula nos nove meses de Governo. Protecionismo de países estrangeiros que prejudicam a produção do Brasil, especialmente os Estados Unidos da América e a União Européia. 28546

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários às críticas feitas ao publicitário Duda Mendonça, constante de pronunciamento do Senador Arthur Virgílio. Expectativas com a renovação do acordo do Brasil com o FMI. Congratulações à

Universidade Federal de Roraima pela instalação de curso superior indígena. 28549

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Comentários sobre artigo do jornalista Josias de Sousa, do jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Professor Lula dá aulas de arcaísmo ao País”. 28555

SENADORA IDELI SALVATTI – Participação em debate sobre a reforma tributária em Santa Catarina, no último final de semana, com a presença do Deputado Virgílio Guimarães. Justificativas para apresentação de projeto de lei que amplia o direito de voto dos brasileiros no exterior. 28559

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários à editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, sobre a CPI do Campo. 28563

SENADOR ROMERO JUCÁ – Aplauso às iniciativas de promoção do crescimento e aperfeiçoamento da sociedade brasileira promovidos pela Organização Bradesco. 28564

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 2 do corrente, intitulada “Suplicy critica dedicação de Dirceu a nomeações políticas”. 28565

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários sobre artigo do jornal **O Globo**, publicado na edição de 7 do corrente, intitulado “A longa noite das Barganhas”. 28567

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Correio Brasileiro**, edição de 4 do corrente, intitulada “Conquista Ameaçada”. 28568

SENADOR VALMIR AMARAL – Análise de dados divulgados pela Secretaria Nacional Antidrogas. Defesa do tratamento dos dependentes químicos, especialmente através da criação de Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas. 28569

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Congratulações ao Deputado Federal Agnelo Queiroz, por sua brilhante atuação à frente do Ministério dos Esportes. 28569

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se, amanhã às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 28570

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Marcelo Crivella, proferido na sessão deliberativa ordinária de 18-9-03. 28572

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR.....

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 126ª Sessão Não Deliberativa, em 22 de setembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Heráclito Fortes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 111, de 2003-CN (nº 468/2003, na origem), que encaminha em aditamento à Mensagem nº 319, de 7 de julho de 2003, a proposta de alteração do Projeto de Lei nº 25, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 309.985.729,00 (trezentos e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente, em conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência informa ao Plenário que, tendo em vista que o projeto inicial tinha um valor de R\$ 309.985.729,00 (trezentos e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais) e que a alteração proposta reduz para R\$ 229.900.000,00 (duzentos e vinte e nove milhões e novecentos mil reais) reabre os prazos de acordo com o calendário abaixo estabelecido:

Até 27/09	Publicação e distribuição de avulsos;
Até 05/10	Prazo final para apresentação de emendas;
Até 10/10	Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 20/10	Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

A mensagem lida, juntada ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25, de 2003**, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 181, de 2003, nº 20 de 2003; nº 214, de 2003; nº 103, de 2003; nº 135, de 2003; nº 92, de 1996; nº 303, de 1999; nº 511, de 1999; nº 555, de 1999 e nº 156, de 2000; e nº 112, de 2003, e dos Projetos de Lei da Câmara nº 31, de 2001, e nº 113, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria.

Justificação

Com a rápida transição demográfica por que passou o Brasil nas duas últimas décadas, o contingente de pessoas da terceira idade alcançou um relevante patamar no conjunto de nossa população.

Diante desse fato, o Parlamento brasileiro não se quedou inerte e implementou as medidas legislativas que conduziram à edição da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (que dispõe sobre a política nacional do idoso), e da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, entre essas os idosos).

A dinâmica social, entretanto, acompanhada das inevitáveis mudanças de sua base fática, suscita novas questões a exigir solução por parte do legislador. O conseqüente natural desse cenário é a multiplicação de proposições legislativas tendentes a superar essas novas necessidades, conduzindo ao quadro atual, em que tramitam diversos projetos de lei no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, que têm por foco a mesma matéria.

A fim de se evitar a elaboração de normas com dispositivos sobrepostos e mesmo incompatíveis,

mister se faz a reunião de todas as proposições em tramitação nesta Casa Legislativa, defluindo daí a oportunidade da apresentação deste requerimento.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2003. – Senador **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com referência ao requerimento que acaba de ser lido, a Presidência esclarece que o **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001**, já recebeu parecer da Comissão de Assuntos Sociais pela prejudicialidade e foi declarado prejudicado na sessão de 17 do corrente.

O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa Avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

– **Nº 207, de 2003**, de 16 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, solicitando prorrogação do prazo por mais trinta dias para a resposta ao Requerimento nº 616, de 2003, dos Srs. Senadores Rodolpho Tourinho e Delcídio Amaral; e

– **Nº 337, de 2003**, de 17 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 500, de 2003, do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – As informações e a solicitação de prorrogação de prazo foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O **Requerimento nº 616, de 2003**, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações.

O **Requerimento nº 500, de 2003**, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, no momento oportuno, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Ficam, portanto, V. Ex^{as} inscritos para uma comunicação inadiável, intercalando com os oradores inscritos, uma vez que se trata de sessão não deliberativa, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

Pela ordem de inscrição, em primeiro lugar, o Senador Gerson Camata e, em seguida, o Senador Papaléo Paes.

Pede a palavra, pela ordem, o nobre Líder Arthur Virgílio. (Pausa.)

Assim, pela ordem, como oradores regularmente inscritos, falará, em primeiro lugar, o nobre Senador e Vice-Presidente desta Casa, Paulo Paim, por permuta com a Senadora Maria do Carmo Alves.

Consulto o nobre Líder Arthur Virgílio, que havia se dirigido à Mesa, pedindo para falar seguramente pelo horário da Liderança do PSDB, se V. Ex^a falará em seguida ao nobre Senador Paulo Paim ou se pretende fazê-lo agora, já que é direito de quem exerce a Liderança, falar no momento em que solicita a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece a V. Ex^a e passa, de imediato, a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa e nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores. S. Ex^a dispõe de até vinte minutos, por permuta com a nobre Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, é minha intenção falar, hoje, da tribuna do Senado, sobre a questão dos transgênicos. Mas, antes, faço questão de destacar que a emenda constitucional de minha autoria, juntamente com o Deputado Inácio Arruda, que foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, em nenhum momento fala em redução de salário. Ao contrário, abre um amplo debate sobre a redução de jornada sem redução salarial. Apontamos para uma política de incentivo fiscal, como falei na sexta-feira passada desta tribuna, para as empresas que, efetivamente, reduzirem a jornada e abrirem novos postos de trabalho. Faço este esclarecimento, tendo em vista uma notícia divulgada na imprensa no sentido de que estaria havendo resistência quanto à redução de jornada, não ficando clara a questão salarial. O nosso projeto trata da redução de jornada sem redução salarial. Na última sexta-feira, dei um exemplo vitorioso dessa política: a adoção pelo Governo francês com algumas mudanças. Pesquisa realizada na França demonstra que 83% dos franceses avalizam a redução de jornada.

Sr. Presidente, na última sexta-feira à tarde, a convite do Senhor Presidente da República, participei de uma audiência no Palácio, juntamente com o Go-

vernador pelo PMDB Germano Rigotto, sobre a polêmica questão dos transgênicos, que voltou a ocupar a atenção da sociedade brasileira e do Congresso Nacional.

A minha posição sobre este assunto é muito tranqüila. Na safra passada, quando os produtores de soja usaram soja transgênica para o plantio, houve protestos de pequenos, médios produtores e até de setores do MST. Construiu-se um grande entendimento e baixou-se uma medida provisória permitindo a comercialização da soja. Esperava-se que entre uma safra e outra houvesse a devida discussão sobre o assunto no Congresso Nacional, bem como a devida regulamentação. Mas não houve.

No Sul, já que o plantio da soja começa agora nos primeiros dias de outubro, há um grande movimento de pequenos, médios e grandes produtores para começar a plantar a soja transgênica.

Naquela reunião, o Presidente foi muito claro, mais uma vez, ao dizer que sua decisão seria com base em tecnologia, em ciência, sem nenhuma matriz ideológica. Ora, o Governador do Estado, Germano Rigotto, e eu, que também estava lá representando os Senadores, destacamos que era importante achar uma saída emergencial para os produtores gaúchos, com a devida repercussão nacional, desde que houvesse, como já foi dito anteriormente, o carimbo, a regulamentação e que essa produção fosse muito bem definida para quem quisesse produzir; haveria um rótulo do tipo de produto que se está vendendo para quem quisesse produzir: no caso, a soja transgênica.

No momento em que, na safra passada, autorizou a comercialização da soja, o Governo reconheceu, conseqüentemente, a produção. Não se vai deixar comercializar aquilo que foi produzido, se não se reconhece.

Neste momento, compete ao Governo brasileiro usar o instrumento da medida provisória na seguinte linha: praticamente como uma prorrogação da medida provisória já editada. É claro que, no aspecto legal e regimental, não se pode prorrogar uma medida provisória, mas edita-se outra de uma decisão já tomada. O Governo tomou a decisão na safra anterior, permitindo que a soja fosse comercializada. Como o Congresso não deliberou sobre a matéria, como bem quer a Ministra e ex-Senadora Marina Silva, o que o Governo fará mediante o fato consumado? Prender 90% dos produtores gaúchos? E não me estou referindo apenas aos grandes, mas também os pequenos e médios estão na mesma linha de produção da safra passada.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, mediante o quadro, entendo que o Governo, na verdade, vai dar continuidade a uma decisão já tomada. Já tomou a decisão quando enviou uma medida provisória permitindo que a soja fosse comercializada. Não vejo por que desse debate tão profundo neste momento, já que o Governo está, na verdade, aumentando o prazo para que, na safra deste ano também seja comercializada e aí, sim, mandando de imediato um projeto ao Congresso Nacional para estabelecer um grande debate sobre a questão. O Congresso, na sua soberania e independência, que todos defendemos, inclusive o Sr. Presidente da República, vai decidir qual o ritual da soja transgênica e de outros produtos transgênicos, já que, conforme dados da Embrapa, há uma cadeia de produção transgênica no Brasil.

Por exemplo, aqui diz: “a Embrapa monitora mais de 600 experimentos transgênicos, incluindo as culturas de milho, de soja” e tantas outras. Diz mais: “Portanto, os experimentos que a Embrapa supervisiona e os convênios que formou com grandes empresas multinacionais acabam sendo reforçados. Outras instituições entram também na pesquisa de experimentação, aperfeiçoando, assim, os conhecimentos científicos e biotecnológicos”.

Outro dado diz: “nos supermercados do mundo todo, hortaliças e outros alimentos com componentes transgênicos já fazem parte do cotidiano das famílias. Em breve, isso poderá ocorrer também no Brasil”.

Em resumo, Sr. Presidente, esperamos que a solução para o plantio da soja transgênica no Rio Grande do Sul venha ao encontro do que pensa a maioria do povo brasileiro. O Presidente Lula, pela importância desse debate, tomará a decisão ouvindo os mais variados setores da sociedade.

Entendo, Sr. Presidente, que o Ministério do Meio Ambiente* não está apenas a dizer “sim” ou “não”; não está contra ou a favor da soja transgênica. O Ministério quer que se faça um debate sério, com preocupações com o meio ambiente, com a saúde, e que produza repercussão na vida de todo o povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, concluo esta minha fala sobre assunto tão importante dizendo que amanhã, às onze horas, haverá uma nova reunião, desta vez com toda a Bancada gaúcha – Deputados e Senadores – com o Ministro José Dirceu e espero contar com a presença da Ministra Marina Silva, para que tenhamos, de uma vez por todas, uma decisão sobre esse assunto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Paulo Paim, antes que o nobre Senador Mão Santa possa dar o aparte ao importante pronunciamento que faz V. Exª, eu gostaria de informar não só a V. Exas como aos demais Pares que participam desta sessão não-deliberativa da presença honrosa nas galerias desta Casa dos alunos do segundo ano do segundo grau da Escola Carandá, do Estado de São Paulo.

A Presidência informa aos nobres visitantes que para nós Srs. Senadores, não só pela transparência que dá à **TV Senado** e à **Rádio Senado**, FM e também em ondas curtas, é um prazer tê-los sempre presenciando uma sessão, ainda que não-deliberativa, mas importante, na qual discutimos as questões do País, seja Reforma Tributária, Previdenciária ou outras, com pronunciamentos como o que faz o nobre Senador do Partido dos Trabalhadores, Paulo Paim. É para esta informação que a Mesa ousou interromper V. Exª.

Está com a palavra, por concessão do orador, o Senador Mão Santa para o aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Com a aquiescência do Senador Paulo Paim, eu queria fazer umas considerações ao nosso Presidente. Segundo averiguação minha, o pico de audiência da **TV Senado** – e por isso estamos aqui – é 14 horas e 30 minutos. Não há Gugu que consiga o mesmo. É porque o Brasil sabe que a sessão se inicia com o grande Presidente do Estado de Tocantins, Senador Eduardo Siqueira Campos. Mas o meu aparte foi a V. Exª, Senador Paulo Paim. A cada instante V. Exª nos surpreende. A origem é muito forte. O Rio Grande do Sul, com sua história política, é muito forte neste Brasil – e não vamos rememorar-la. E V. Exª traduz essa grandeza histórica do Rio Grande do Sul aqui e na política nacional – e não só no Senado Federal. E trata de um assunto do qual sabemos que o Senador Paulo Paim é o verdadeiro pai, é o pai dos trabalhadores, das conquistas trabalhistas, do idoso – que hoje ou amanhã vamos discutir e votar. E agora V. Exª mostra a sua grande capacidade em tratar um outro tema dos mais importantes. E quero cumprimentar o Presidente da República. Esse tema – e posso falar porque sou professor de biologia e fui professor de fisiologia e sou médico – merece grande reflexão, Senador Presidente Senador Siqueira Campos. Há poucos dias eu estava em

Teresina, no Piauí, quando se comemoravam, Senador Papaléo Paes, os 60 anos do Hospital São Marcos, um hospital para o tratamento de doentes com câncer costumam-se dar nomes, como A C Camargo, em São Paulo, que não apavorem os pacientes que procuram esses hospitais. Então, o Diretor do Hospital do Câncer de São Paulo – A C Camargo – dizia que hoje a maior fonte de renda do hospital é o laboratório de pesquisa. Inicialmente, eram pesquisas oncológicas, voltadas para a cancerologia. Mas os grupos empresariais começaram a procurar os pesquisadores justamente para melhorar a laranja, um transgênico; para melhorar o algodão – que já é feito colorido e mais resistente contra a praga do bicudo, que exterminou a cultura algodoeira –; para a produção de uva sem caroço e assim por diante. Portanto, essa reflexão é tão importante que a luz para a mais avançada área da Medicina, a cirurgia de transplante, Senador Paulo Paim, está na dependência do estudo e da vitória das pesquisas dos transgênicos. A Alemanha, a França e os Estados Unidos pesquisam, digamos, transgênicos de órgãos de animais, como o macaco e o porco, porque hoje a cirurgia é vitoriosa e exitosa, mas não existe o órgão. Assim, a perspectiva que se vislumbra é que, graças a estudos como esses, que devem ser estimulados, também na biologia humana, ocorrerá um grande avanço na perspectiva da consolidação dos benefícios da cirurgia de transplantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, mais uma vez V. Exª faz um aparte brilhante, mostrando-se conhecedor do assunto.

Sr. Presidente, tenho aqui um dado sobre a matéria que achei interessante, levantado por uma pesquisadora. Ela diz que deve haver uma preocupação, sim, claro, e se deve acompanhar os produtos, os alimentos geneticamente modificados. Mas diz também que deveríamos nos preocupar com os alimentos industrializados, cheios de aditivos e conservantes artificiais. Segundo ela, as prateleiras dos supermercados estão repletas de alimentos com grande quantidade de produtos químicos que afetam a saúde humana, sem sombra de dúvida.

Por isso, a professora considera imprescindível a realização de análise dos impactos ambientais ou sobre a saúde não apenas dos alimentos transgênicos, mas também de todos os outros que são produtos da alta tecnologia. Avaliar cuidadosamente os efeitos dos alimentos transgênicos sobre a saúde humana e o meio ambiente é, portanto, sim, uma imposição correta e saudável. Agora, somente dizer que é contra, segundo ela, que, na verdade,

ao longo da sua entrevista, se mostra a favor, é totalmente equivocado.

Concluo dizendo, Sr. Presidente, que espero que essa discussão não seja de fato ideológica. Eu recebi hoje, pela manhã, em meu gabinete, um grupo de trabalhadores sem-terra ligados aos camponeses – assim dito por eles – e eu os conheço muito bem. E eles demonstravam suas preocupações perguntando: quem nos garante que vai haver a rotulação? E nós, que somos contra os transgênicos, poderemos, de fato, produzir e vender a nossa mercadoria no mercado interno e no externo? Respondi que esse grande debate será feito aqui, no Senado da República.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Paulo Paim, falo como um paranaense preocupado com o que está ocorrendo no Rio Grande do Sul. Na verdade, a Medida Provisória que, nos próximos dias, poderá ser enviada para o Congresso Nacional, pelo Presidente da República, tem um acerto e um equívoco. O acerto é o conteúdo, que deve regulamentar o plantio de transgênicos para esta safra, e este é o equívoco: não podemos ficar legislando a cada safra. O que o Congresso brasileiro tem de fazer, juntamente com o Poder Executivo, neste caso, é uma legislação clara, regulamentando essa questão, porque muitos estão inseguros. Os produtores do Rio Grande do Sul ficam inseguros, porque plantarão essa safra sob o regime de uma Medida Provisória, mas deveríamos estar plantando a safra com a segurança de que a semente adquirida a partir da colheita desta safra poderá ser utilizada em safras que virão a seguir. Senador Paulo Paim, irei me pronunciar daqui a pouco a respeito do assunto, mas eu não poderia deixar de apoiar o pronunciamento de V. Exª, que é muito claro, e de dar esta opinião a respeito dessa Medida Provisória: ela é acertada no que se refere ao mérito, ao conteúdo, mas comete equívoco, porque fica adiando a resolução desse problema, e não podemos continuar fazendo isso. Cumprimento V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Também o cumprimento pelo aparte, que vai na linha do meu pronunciamento. Quero dizer, Senador, que concordo integralmente com o seu aparte. Não podemos baixar uma medida provisória a cada ano. Pelas informações que recebi até o momento, é intenção do Governo, devido à emergência, encaminhar uma medida provisória e, no mesmo dia, encaminhar um projeto de lei,

que seria elaborado após uma ampla discussão com analistas, com especialistas que atuam nesse campo, como é a preocupação de V. Exª.

Espero que esse projeto venha rapidamente para o Congresso, tão rápido quanto a medida provisória, para que a Casa possa, de uma vez por todas, regulamentar a questão. Seja qual for o resultado, que prevaleça aqui a vontade da maioria.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância de V. Exª e por permitir que eu falasse neste momento, já que eu tenho outro compromisso fora da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

Esclareço, Senador Paulo Paim, não só que V. Exª ocupou a palavra dentro do tempo de que dispunha como também que, para os integrantes desta Casa, no pronunciamento de V. Exª há sempre algo importante a ser ouvido.

Concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a impressão que me assalta é que estamos diante de um escândalo.

Tenho advertido, desde o início deste mandato de Senador, para o caráter promíscuo das relações entre o publicitário Duda Mendonça, o Partido dos Trabalhadores e, agora, o Governo Lula.

A Folha de S. Paulo de domingo, ontem, publica matéria, muito extensa, do jornalista Fernando Rodrigues, que diz, em resumo, que o Governo passa a considerar Duda Mendonça como o seu ministro informal da propaganda. Ao mesmo tempo, o publicitário é quem cuida das contas do PT, é quem prepara o Presidente – não sei se a ponto de retocar o cabelo – para falar, pela televisão, nas suas aparições públicas e é quem ganha a maior parte das licitações envolvendo verbas federais.

Agora mesmo, o esposo da Prefeita de São Paulo, Sr. Luis Favre*, foi contratado por Duda Mendonça, por R\$ 20 mil ao mês, para trabalhar na sua agência, supostamente prestando serviços ao PT.

Falo em promiscuidade, pois não sabemos onde termina o dinheiro do PT e onde começa o dinheiro do Governo. Até que ponto, para vencer as licitações, não é importante, hoje em dia, para o Sr. Duda Men-

donça ser o publicitário do PT? Não seria ético não aceitar as contas do Governo ou renunciar ao trabalho com o Partido dos Trabalhadores? São perguntas que a Nação vai começar a fazer, de maneira mais insistente, daqui para frente.

Venho denunciando isso há algum tempo. A reportagem procurou o Sr. Duda Mendonça, que não deu resposta alguma. Talvez seja um bom **marketing** não responder, ainda quando a acusação prevaleça a desconfiança sobre a ética.

Ainda na **Folha de S.Paulo** há outra matéria, do jornalista Plínio Fraga, com o título “Em três anos, PT deu a Duda o mesmo que Maluf”. Em três anos de serviço para Maluf, nas gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta, na Prefeitura de São Paulo, Duda estava entre os responsáveis pela publicidade oficial e auferiu, em contratos, algo em torno de R\$ 23 milhões. Ou seja, há muito tempo que ele mantém essa prática. Há muito, temo que ele mistura as coisas, que presta serviços a Maluf, a Pitta e faz contratos com a Prefeitura de São Paulo. Não se sabe se, por mero talento ou se por prestar serviços ao poder. E aí é que está o caráter promíscuo, o caráter pouco ético, é aí que começa a suspeita sobre se é ou não decente essa relação entre o publicitário e os seus patrões, o oficial ou o partidário.

Da mesma maneira, hoje Duda Mendonça é dono de uma das três agências de publicidade que detêm a conta de publicidade institucional do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. E ele recebe porque é o titular da conta, recebe honorários de 15% sobre o valor do contrato. Por outro lado, ele agora estaria encarregado também de cuidar de todo o **marketing** do Governo Lula, cuidar da imagem do PT, coordenar os programas gratuitos na TV dos candidatos do Partido, sugerir temas a abordar pelo 450 candidatos e coordenadores de campanha petistas, escolher projetos de administrações municipais e encomendar e analisar pesquisas sobre atos do Governo.

Percebam a promiscuidade: em seis itens quem diz isso não sou eu, é a **Folha de S.Paulo** – misturaram-se o **marketing** de Lula e o do PT, estando as duas coisas misturadas. E, para mim, as duas coisas juntas não são éticas. Estamos diante de algo que beira o escândalo. É preciso que esta Casa acorde para isso e chame a atenção da Nação para o fato de que não temos mais a imaturidade de antes para aturarmos coisas desse tipo.

Diz a **Folha de S.Paulo**: “Publicitário é sondado por empresa privada”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Exª pode me conceder os trinta segundos que lhe restam?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não posso conceder aparte...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dentro do tempo do orador, é permitido conceder aparte quando o Líder faz uso da palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, V. Exª deve ser breve.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero apenas dizer que eu nasci durante a Guerra, em 1942, e V. Exª é muito jovem. Naquela época, existia Joseph Goebbels, que dizia: “Lá vai Hitler com 10 mil soldados”, mas havia apenas mil. Até Hitler impressionou-se e passou a se considerar Deus. Por isso, preocupamo-nos o fato de que talvez esteja surgindo um “Duda Mendonça Goebbels”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, concluo o meu pronunciamento, citando um subtítulo do texto: “Publicitário é sondado por empresa privada”. Diz a matéria que Duda Mendonça tem sido procurado por várias empresas privadas para comandar suas campanhas de mídia.

Senador Osmar Dias, pergunto: ele é procurado meramente por ser talentoso – reconheço o seu talento – ou por supostamente ter prestígio no Palácio do Planalto? A promiscuidade nos deixa com dúvidas, não em relação ao seu talento, mas, sim, à lisura do seu comportamento para com a coisa pública, e dos gestores da coisa pública para com ele.

Da mesma maneira, a matéria diz que o Sr. Benjamin Steinbruch sondou o publicitário há seis meses. E diz mais o texto da **Folha de S.Paulo**:

Na prática, o que ocorre é o seguinte: como Mendonça cuidará das campanhas do Palácio do Planalto, ele pode abrir mão de trabalhos ligados à mídia de empresas privadas. Essa é uma prática comum no mercado. Agências que prestam serviços ao Estado, por razões éticas, nem sempre se envolvem com trabalhos no setor privado.

Portanto, a situação envolve questões éticas. Não estou tão equivocado assim. Se não é ético o Sr. Duda Mendonça aceitar trabalhos privados, por ser detentor da maior parte das contas públicas deste País, pergunto se é ético ele continuar prestando ser-

viços ao Partido dos Trabalhadores. Seria ético ele continuar misturando, no mesmo leque de trabalho em seis opções, três a três, exatamente um empate –, o interesse do Governo e o interesse do PT? Não deveria deixar o PT ou o Governo e proteger sua imagem de profissional correto? Não deveria o Governo proteger sua imagem de Governo probo?

Diz ainda a matéria:

Neste ano, Mendonça entrou na disputa das contas de mídia de empresas estatais. Apresentou proposta técnica para a Petrobras e os Correios. A Folha apurou que as propostas já foram aceitas.

Há outras duas contas a caminho da – parece-me – já polpuda conta do publicitário Duda Mendonça. Outras duas agências também foram escolhidas – parece-me que é sempre assim –, ou seja, são três: o Duda e duas outras que, quem sabe, se alternarão ao longo do tempo. O resultado oficial sairá este mês. Aguardarei ansioso o resultado oficial das contas de publicidade do Correio e da Petrobras.

De qualquer maneira, fica o alerta. Tenho falado, e muito, a esse respeito. É a quarta ou quinta vez que falo sobre o assunto, a reportagem me ouve, procura ouvir o Sr. Duda Mendonça, mas ele nunca responde. Talvez seja a última palavra em **marketing**, talvez seja moderno não responder, mesmo quando estão em jogo a honradez e a ética. De qualquer maneira, insistirei. Esse é o primeiro passo.

Se posteriormente a questão evoluir para um pedido de CPI, dirão que queremos obstaculizar os passos do Governo ou criar um quadro de ingovernabilidade, quando o que queremos é apenas uma de duas coisas: que esclarecimentos sejam prestados e que, se o publicitário e o Governo caírem em si e virem que estão laborando em equívoco, simplesmente reformem, consertem uma relação que está nascendo torta, ficando viciada e começa a cheirar mal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Gerson Camata, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, próximo orador inscrito, pelo sistema que adotamos, de intercalar os oradores regularmente inscritos com as inscrições de breves comunicações, passo a ler requerimentos que a Mesa acaba de receber.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2003

Requeremos, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de D. Risoleta Neves, viúva do saudoso Presidente Tancredo Neves, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, ontem, dia 21 do corrente:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família, ao Estado de Minas Gerais, à Prefeitura e Câmara Municipal de São João Del Rei e à Irmandade de São Francisco de Assis.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2003. –

REQUERIMENTO Nº 849, DE 2003

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da Exm^a Sr^a Risoleta Neves, viúva do Ex-Presidente Tancredo Neves, ocorrido ontem no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Exm^a Sr^a Risoleta Neves, viúva do Ex-Presidente Tancredo Neves e Presidente da Fundação Tancredo Neves, dedicada à preservação da memória do ex-Presidente. Dele fui amigo (como de toda sua família), e tive o privilégio de coordenar, em toda a Amazônia Ocidental, a candidatura do grande líder à Presidência da República.

Requeiro também que o voto de pesar do Senado seja comunicado ao Exm^o Senhor Aécio Neves, Governador de Minas Gerais e neto de Dona Risoleta, bem como aos demais familiares da ilustre Senhora, cuja presença discreta mas atuante no País a caracterizava como uma das personalidades mais respeitáveis da atualidade.

Justificação

Companheira dedicada do ex-Presidente Tancredo Neves, Dona Risoleta Neves jamais deixou de acompanhar e ajudar toda a trajetória política de Tancredo Neves, que culminou em sua eleição para a Presidência da República, sem que viesse a assumir o mandato, vitimado, na véspera da posse por uma diverticulite, doença que agora também atinge a viúva. A despeito da sua postura de discrição que sempre a

caracterizou, Dona Risoleta foi uma das figuras de forte influência na vida de Tancredo Neves, apreço que estendeu, depois, a seu neto, o atual Governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os Requerimentos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Presidente desta Casa, o nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho recordar e homenagear a memória de Dona Risoleta Neves.

Ela não é somente a viúva de Tancredo Neves. Ela é a mulher excepcional, que ajudou a construir o seu destino, com suas virtudes da inteligência, da cultura e da grande sensibilidade.

Era uma mulher humana e sábia, discreta e forte, sabendo navegar nas águas das dificuldades e nos momentos de alegria, com a grandeza e a dignidade da coragem e da suavidade.

Quem no Brasil não se recorda dos momentos dramáticos da doença e da morte de Tancredo, vendo-a não somente nas lágrimas, mas na fé e na bravura, ajudando o povo brasileiro, aliviando com suas palavras de conforto a dor incomensurável que passava por todos nós.

Dona Risoleta Neves era uma extraordinária figura humana e uma mulher admirável.

Com ela mantivemos, Marly e eu, não somente uma relação de estreita amizade e querer bem, mas uma admiração pessoal que nos fez servos de sua bondade.

Foi com imensa tristeza e uma recordação que era da vida e dos momentos difíceis que vivemos que eu coloquei as rosas da minha saudade e as palavras do meu afeto, que não murcharão jamais, hoje pela manhã, em São João Del Rei, no seu sepultamento.

É com os olhos em Dona Risoleta e a lembrança de Tancredo Neves que eu sinto que, nesta manhã, a sagrada terra de Minas Gerais recebe para sempre o seu corpo e a sua alma generosa.

Em nome do Senado, associei-me à dor de Inês Maria, Maria do Carmo, Tancredo Augusto, Andréa e Aécio e todos dessa grande família, pela grande perda que é deles, dos seus amigos – entre os quais me coloco com Marly, Roseana, meus filhos e netos –, mas também de Minas e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, para encaminhar requerimento de sua autoria, ao nobre Líder, Senador Arthur Virgílio. Em seguida, conforme solicita, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tem razão o Presidente José Sarney. A trajetória de Tancredo Neves foi brilhante, e foi, o tempo todo, acompanhada pela perspicácia, pelo aconselhamento, pela coragem moral e pela solidariedade pessoal de Dona Risoleta Neves. Pessoalmente, vivi a honra de ser seu amigo e amigo de sua família. Meu pai era Líder do Governo de João Goulart no Senado Federal, Tancredo Neves era Líder na Câmara dos Deputados. Eu me acostumei a freqüentar sua casa e a vê-lo freqüentando a minha.

O episódio que culminou com a morte de Tancredo Neves demonstrou ao País a garra de uma mulher que os mais íntimos conheciam. Ela não foi inerte quando Getúlio Vargas renunciou e se suicidou. Ela acompanhou passo a passo a queda de João Goulart. Ela viu, ao lado de Tancredo Neves, o alvorecer do Estado Novo.

Por tudo que representa Dona Risoleta Neves para meus amigos Tancredo Augusto, Breno Neves, meu querido Aécio Neves, para sua filha, por tudo que representa para o País, por tudo que significa para Minas Gerais, a homenagem que se pode prestar neste momento é reconhecer – tanto Tancredo Neves como Milton Nascimento anteviam – que ela também possuía um “coração de estudante”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de colocar o requerimento em votação, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PMDB, todos queremos nos associar ao requerimento dos Senadores José Sarney e Arthur Virgílio na homenagem que prestam a Dona Risoleta Neves, sem dúvida alguma, um grande exemplo de brasileira. Já foi frisada nesta Casa sua participação ativa na construção da democracia do País. Portanto, o PMDB associa-se a essa homenagem e transfere também as nossas condolências, as nossas homenagens a toda a família, ao Governador Aécio Neves e a toda a sua família, pela perda irreparável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, para encaminhar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, em nome do Governo do Presidente Lula, expressar os nossos pêsames à família Neves nesse momento de dor e de perda de uma senhora que acompanhou os momentos mais importantes da vida pública ao longo de todos estes anos, que teve uma presença ativa no processo de redemocratização do País, com sua serenidade, com sua solidariedade à grande figura do grande brasileiro Tancredo Neves. É uma grande perda para o Brasil.

Portanto, queremos apoiar o Presidente Sarney pela iniciativa extremamente oportuna e meritória e expressar nossa solidariedade ao Governador Aécio Neves e a todos os demais familiares de Dona Risoleta Neves.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa coloca em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Em nome da Mesa, nobre Presidente José Sarney, certamente V. Ex^a muito bem representou todos nós brasileiros, principalmente nós integrantes da Casa que V. Ex^a preside, não apenas por ser o Presidente do Congresso Nacional, mas por ter sido também na história deste País a quem coube a responsabilidade de assumir, naquele momento em que o País necessitava da estabilidade da transição democrática simbolizada por Tancredo Neves, o importante mandato de Presidente da República. V. Ex^a o fez seguindo os ideais de Tancredo Neves e cumprindo as expectativas do País, que marchava em busca da democracia tão consolidada e tão cara entre nós brasileiros, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2003

Requer Voto de Louvor a Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, ao ensejo de sua retirada da vida apostólica, perante o Papa João Paulo II, depois de 35 anos de participação em lutas e esforços contra a exclusão social no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado, Voto de Louvor a Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, por motivo de seu afastamento voluntário das atividades apostólicas, tempo em que também foi um dos mais ardorosos defensores da inclusão social, pela justiça e erradicação da miséria no Brasil.

Requeiro, ademais, que, deste Voto de Aplauso, seja cientificado, além de Sua Excelência Reverendíssima, a Diocese de São Félix do Araguaia e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Justificação

O Voto de Louvor, que ora requeremos, justifica-se pelo significado da luta empreendida por Dom Pedro Casaldáliga ao longo de sua atividade religiosa, revelando-se intransigente da implantação de uma reforma agrária justa e pelos esforços despendidos em favor dos excluídos.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento lido será publicado e despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2003, DE 2003

Audiência de Comissão

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea e, item 12, combinado com o art. 99, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 317, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho e 340, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2003. – Senador **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dando prosseguimento à sessão, concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, desejo inscrever-me como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica inscrito V. Ex^a para falar como Líder, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me associar também aos Senadores pelas homenagens prestadas à Dona Risoleta Neves, figura tão importante na história do Brasil, embora agindo sempre com muita discrição.

Lembro-me quando o Senador Tancredo Neves, nos pronunciamentos que fazia – pronunciamentos de oposição ao Governo Militar da época –, de Dona Risoleta, aqui na tribuna de honra, humildezinha, quieta. Poucos sabiam até que se tratava da esposa do Senador que estava falando, mas ela participou, como disse o Presidente José Sarney, ativamente de todo o processo político dos últimos 50 anos do século passado.

Sr. Presidente, refiro-me hoje aos 50 anos de uma empresa genuinamente do Espírito Santo, que lidera os transportes coletivos no Brasil. Trata-se da Viação Itapemirim, que, sob a liderança do empresário e ex-pracinha Camilo Cola, é integrada hoje por quase duas dezenas de empresas que operam, além do tradicional transporte rodoviário de passageiros – uma referência em todo o País –, nos ramos de renda de automóveis, caminhões, agropecuária, informática, cargas, combustíveis, seguros e setor gráfico e pedras decorativas.

Nascida em 1953, a Viação Itapemirim foi o resultado da fusão de outras empresas de transporte, que atuavam no sul do meu Estado, o Espírito Santo, notadamente a ETA, que fazia a linha Cachoeiro do Itapemirim-Castelo, num percurso de 40 quilômetros.

Criada como transportadora intermunicipal, em poucos anos a Itapemirim começou a trabalhar no âmbito interestadual, primeiro ligando Cachoeiro do Itapemirim a cidades do Rio de Janeiro e ao antigo Distrito Federal. Pouco depois, passou a oferecer seus serviços para a Bahia e para todo o Nordeste.

Ao longo dos anos 60, a Itapemirim começou a firmar-se como empresa de expressão nacional, combinando aquisições e licitações de expressão nacional que resultaram na conquista da titularidade de linhas importantes, unindo o Brasil e hoje todos os países do Mercosul.

A ética do trabalho árduo, temperada pela disciplina, obstinação e por metas claras, que alcança as várias gerações da família Cola, a começar pelo patriarca, Camilo, levou a Itapemirim a adquirir, em 1973, aquela que era considerada um dos ícones do transporte de passageiros no Brasil, a Viação Nossa Senhora da Penha. Com o negócio, foram incorporados à frota mais 500 ônibus, e a Itapemirim expandiu-se para o Sul do País, chegando até mesmo ao vizinho Uruguai.

O processo de certificação teve início em 1999, e a Itapemirim recebeu do **Bureau Veritas Quality Internacional** o certificado ISO 9002, concedido a empresas que implementaram um sistema de garantia da qualidade.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, como representante do povo do Espírito Santo nesta Casa, congratulo-me com a família Cola pelo extraordinário sucesso do Grupo Itapemirim, em especial da cinquentona, mas sempre renovada, Viação Itapemirim, matriz de um operoso conglomerado econômico que contribui decisivamente para o desenvolvimento do País. Registro também minhas homenagens a todos os brasileiros, de Norte a Sul, que integram a empresa e fazem da Itapemirim esse formidável caso de sucesso nacional.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gerson Camata, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que estão presentes e que assistem à sessão por meio da TV Senado e da Rádio Senado. Quis Deus que estivesse na Presidência dos trabalhos, nesta segunda-feira, o nosso Presidente José Sarney.

Um fato vale por dez mil palavras. Isso traduz como o Senado evoluiu, mudou e melhorou, acompanhando a formação democrática do Brasil, consoli-

da pela ascensão do Presidente José Sarney à Presidência.

Mas eu gostaria de fazer uma reflexão muito importante. Transita nesta Casa um projeto de lei de autoria de um Senador do Rio Grande do Sul. Os Senadores do Rio Grande do Sul enriqueceram a história política do Brasil e desta Casa. Não preciso relembrar que Getúlio Vargas foi Senador bem como Alberto Pasqualini. Mas fico com o mais virtuoso de todos: o Senador Pedro Simon.

O Senador Paulo Paim, que nos antecedeu, é um verdadeiro pai do trabalhador pelas suas conquistas. Agora, S. Ex^a defende o Estatuto do Idoso. Falo, ainda, do jovem jornalista e radialista Sérgio Zambiasi, que traz, Presidente Sarney, um dos temas mais importantes para esta Casa.

Esta é a Casa da experiência e da competência, tão bem representada pelas ações do Presidente José Sarney nesse momento em que vivemos a democracia. Sem dúvida nenhuma, nenhum dos Chefes dos Poderes o excede.

A mensagem do Senador Sérgio Zambiasi refere-se à sua preocupação de que o País não pode parar, à possibilidade de criarmos novos Municípios.

Sr. Presidente, Deus deu-me autoridade para falar na Casa sobre esse assunto, autoridade não do teórico, mas do vivido. Fui Prefeito da cidade de Parnaíba, que encanta e para a qual V. Ex^a enviou muitas obras importantes. Eu dizia, como Sêneca, que não é uma pequena cidade, é a minha cidade.

Sr. Presidente Sarney, justamente quando V. Ex^a foi Presidente da República, uma grata experiência, nasceu a criação de Municípios. E vivi um conflito. A minha Parnaíba, histórica, financiou a guerra do Jenipapo, que garantiu a unidade do País quando piauienses expulsaram da Pátria os portugueses que queriam dividi-la. Naquele momento, Sr. Presidente – eu era Prefeito –, duas cidades queriam se emancipar. A primeira, Ilha Grande de Santa Isabel, onde nasceu o jurista, como o baiano Rui Barbosa, Evandro Lins e Silva, que dignificou o Supremo Tribunal Federal – onde V. Ex^a esteve recentemente – e também a democracia. Tornaram-se cidades; mas eu, Prefeito, como pai, não queria liberar as filhas, que queriam ter vida própria. Mas a histórica Parnaíba, cidade natal de João Paulo dos Reis Velloso e de Alberto Silva, também se emancipou.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, quando esse projeto de expansão ocorreu, V. Ex^a era Presidente e Governador do Estado um dos Senadores piauienses que mais brilho deu a esta Casa: Sena-

dor Freitas Neto, que deu início a esse processo. O Piauí tinha 115 Municípios. Saí da minha Prefeitura e, com a ajuda de Deus e do povo, tornei-me Governador daquele Estado. Acreditei que o processo tinha perspectivas de desenvolvimento. Então, o Senador Freitas Neto criou trinta cidades em meu Estado – duas quando eu era Prefeito da minha cidade desmembrada.

E continuei, porque o governante deve dar continuidade ao que é bom. Presidente Sarney, Senador Romero Jucá, Deus me permitiu transformar 76 povoados em cidades. Hoje, somos orgulhosos. Vi e senti o que é isso, pois o Piauí se modificou.

Sábado fui a Ribeira do Piauí, uma das nove cidades criadas, e a São João do Piauí, que tinha quase o tamanho de um estado. Um povoado longínquo, longe. Senador Eduardo Siqueira Campos, lembro-me de quando a criei – inclusive o Prefeito dessa cidade é irmão de um Deputado Estadual do Maranhão, Solano Silva, e seu pai é José Silva, Deputado de Coelho Neto. Agora fui à cidade – lá chamei o pai do Prefeito de Bernardo Sayão –, e lá há avenidas iluminadas, uma praça – a que deram o nome de Mão Santa, porque no começo, quando ajudei, Presidente José Sarney, eu disse que iria namorar naquela praça com a Adalgizinha e fui, Senador –; há também uma fonte luminosa, praça, prefeitura, mercado, hospitais etc. Presidente José Sarney, era um povoado que não tinha um bico de luz, uma pedra de calçamento, e se transformou.

E, Senador Papaléo Paes, o essencial é invisível aos olhos. Senador Eduardo Siqueira Campos, uma cidade não é aquilo que se vê, as avenidas, as ruas iluminadas, a praça para se namorar, o hospital, o mercado para comercializar. O essencial é invisível aos olhos.

Presidente José Sarney, atente bem para aquela que foi sua missão histórica: a possibilidade do aparecimento de novas Lideranças, de Vereadores, Vice-Prefeitos e Prefeitos. O atual Prefeito de Ribeira do Piauí, como quase todos os Prefeitos, é extraordinário, pois transformou a cidade.

O litoral do meu Piauí, feito por Deus, tem 76 km. Hoje, há nele quatro cidades encantadoras, turísticas, como Cajueiro da Praia e Ilha Grande de Santa Isabel. De modo que hoje o Piauí tem 224 cidades. Como melhorou, Senador Eduardo Siqueira Campos, principalmente no que é mais importante, com o chamamento do que é mais importante: o ser humano, para participar, integrar, trabalhar com responsabilidade e fazer o desenvolvimento. Assim penso.

Quis Deus que estivesse aqui o Senador Eduardo Siqueira Campos, por meio de quem rendo homenagem àquele que fez até greve de fome para criar o Tocantins, um dos Estados mais promissores, mais avançados, que tem uma capital encantadora. Senador Sarney, há quinze anos havia os territórios, e V. Ex^a transformou o último deles, o Amapá, em Estado. Com isso, trouxe a representatividade de figuras extraordinárias como os Senadores Papaléo Paes e Romero Jucá, que aqui estão.

Penso que este é o momento de meditarmos sobre o projeto do Senador Sérgio Zambiasi. Como um Senador poderá dizer se haverá ou não melhora na qualidade de vida de uma população com a transformação de um povoado, por exemplo, do longínquo Amapá? Os Deputados têm responsabilidade como a nossa e nasceram, como nós, com a força do povo, com a vontade e o voto do povo. Aquilo não foi um retrocesso, e sim um avanço.

Presidente José Sarney, quando do início do meu Governo no Piauí, havia quarenta escolas secundárias – chamávamos de científico. O Normal, para quem iria ser professora; o Clássico, para quem iria fazer Direito, em nossa época; deixei o Estado com mais de duzentas, porque floresceram essas cidades.

Jamais veria em um povoado longínquo, como Ribeira, Presidente José Sarney, uma praça com fonte luminosa. É o amor dos que lá vivem, a oportunidade e o trabalho.

O Piauí se transformou e nós estamos orgulhosos! Mas devemos refletir. Há dificuldades, eu as tive, Senador Romero Jucá, mas estamos cantando aqui. Como diziam os filósofos orientais: a diversidade é uma benção disfarçada. E é duro para o governante. Foi duro, Presidente José Sarney, porque foi exigido delegado, médico, enfermeira etc, mas tudo isso é compensado pelo progresso. E invoco aqui a sabedoria e a experiência do Senador Gilberto Mestrinho, que governou por três vezes o Estado pulmão do mundo. Quantas dificuldades! A adversidade é uma benção disfarçada. Tive dificuldades, mas houve compensação: como o Piauí melhorou!

Que no Congresso renasça aquele exemplo de coragem de Siqueira Campos, o pai, que fez até greve de fome para que nascesse o Tocantins. Que nasçam neste País mais Estados. Aí estão os Estados Unidos, rico, forte, com uma expansão territorial igual a nossa, que têm 51 Estados. Nós só temos 27 Estados, Senador Gilberto Mestrinho. O México, que visitei recentemente, tem uma área de 1.992.000 Km²; e o Brasil tem 8.554.000 Km². Portanto, o México é quatro ve-

zes menor, tem menos de um quarto de nossa área, Senador Mestrinho, mas possui 35 Estados.

Muito mais grave, Sr. Presidente José Sarney, é saber que há o desejo de cidadania. E ao constatar-mos que populações abandonam o campo, temos que lhes dar núcleos e aldeias que devem ser transformados em cidades, para que essas populações tenham os benefícios do progresso, de maneira que fiquem no campo e nas cidades próximas. Nos Estados Unidos, hoje, ricos, somente 4% moram na zona rural. É uma maneira de fixar o homem na zona rural, criando e transformando os Estados, trazendo-lhe o conforto que somente uma cidade oferece. São essas as nossas reflexões.

Vários Estados poderão considerar o exemplo – que se disse ser do Tocantins –, que não foi em vão; que ele fique em nossa mente, para que lutemos. O Pará é grande; pode ser dividido. O Amazonas é maior do que muitos países. O Maranhão pode ser dividido. A formação do meu Piauí é muito extensa. Para o sujeito sair do mar, onde eu nasci, e encontrar a Bahia, onde ele termina, é mais demorado do que vir para Brasília. Então ele pode e deve, pois há movimento. É o momento de o Senado começar a refletir sobre os benefícios dessa descentralização, dessa divisão e dessa oportunidade para o surgimento de novos líderes e de novas lideranças. Não estaria aqui o grande Líder Romero Jucá, se não tivesse havido essa decisão. Não contaríamos aqui com o Senador Papaléo Paes. São Estados novos que enriqueceram o Brasil. Eu me congratulo com esse projeto de lei do gaúcho, Senador Sérgio Zambiasi, que, a exemplo de todos os gaúchos, enriqueceram esta cidade.

Presidente José Sarney, neste final de semana visitei o Piauí. E, o Prefeito Solano de Sousa Silva, agradecido, assinou a ficha do nosso Partido. O nosso Partido, o PMDB, possui 1.500 prefeituras neste Brasil, traduzindo a grandeza que nenhum partido teve na história do Brasil. Nenhum! Reflito e vejo que o meu partido fez ressurgir a democracia com o sacrifício de homens como Ulysses Guimarães, encantado mitologicamente no fundo do mar; Tancredo Neves, que se imolou pela democracia. Hoje lamentamos a perda da sua companheira; mas não é uma perda, é o encontro daquelas duas almas pelo amor no céu; Teotônio Vilela, que com câncer teve força, coragem e estoicismo de andar pregando as liberdades e aquilo que o Presidente José Sarney disse, conseguiu ensinar que sem liberdade não há democracia e que sem liberdade não se vive, apenas se sobrevive.

Sob as lideranças dos que estão aqui, merecendo a inspiração dos homens que passaram e a presença dos que estão na ativa, o PMDB vai fazer a redemocratização deste País. Senador Tião Viana, a redemocratização passa pela alternância do poder. O PMDB está aqui, superior em quantidade e em qualidade, como, no passado, foi o maior artífice da redemocratização para participar da grandeza deste País na luta democrática.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O próximo orador inscrito é o Senador Osmar Dias.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Perdão. V. Ex^a estava inscrito, mas eu concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, que estava na lista de oradores, e, em seguida, V. Ex^a usará da palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje, o Senador Paulo Paim já fez referência à medida provisória que o Presidente Lula deverá encaminhar ao Congresso Nacional ainda hoje, versando sobre os transgênicos. É claro que este assunto não interessa somente ao Rio Grande do Sul. Este assunto interessa ao Brasil.

Aliás, alguns Ministros criticaram o Governo anterior, culpando-o pela situação do Rio Grande do Sul e a soja transgênica. Evidentemente estou no PDT, não tenho nenhum motivo para defender o Governo anterior, o Governo Fernando Henrique Cardoso, neste assunto, mas costumo ser justo. O Governador do Rio Grande do Sul até dezembro do ano passado era do PT. A safra de soja colhida e – somente depois de colhida – identificada como 70% transgênica, foi plantada durante o Governo do PT, que proibia – e era o único Estado do Brasil que proibia – terminantemente os transgênicos. Parece que a proibição acabou atraindo os produtores gaúchos a fazerem opção pela cultura de soja transgênica.

Não cabe aqui estabelecer culpa a quem quer que seja, porque esse é um processo dinâmico que evidencia o progresso da ciência, da tecnologia. Não há como colocar, portanto, a responsabilidade no Governo Fernando Henrique Cardoso, que seguiu exatamente a orientação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que dizia que enquanto nós não tivéssemos uma regulamentação ou uma legislação clara para dizer quando e como semear transgênicos em nosso País, nós não poderíamos

fazê-lo. A soja transgênica foi plantada e colhida no Rio Grande do Sul de forma clandestina. Aí está o grande problema: se não regulamentarmos de forma definitiva os transgênicos em nosso País, estaremos colocando em risco toda a produção nacional, porque a semente de soja transgênica incorporada ao processo produtivo nacional traz consigo o risco de doenças e de pragas que não existem em nosso País. Além disso, estamos introduzindo sementes cujo vigor e qualidade não se conhecem.

Existe hoje um problema que afeta mais diretamente o Rio Grande do Sul, embora seja um problema nacional. Há um acerto na medida provisória que o Presidente Lula está encaminhando ao Congresso e que diz respeito ao mérito: determinar, com clareza, as regras para os transgênicos no Brasil. No entanto, há um equívoco porque não se legisla sobre um assunto de tamanha importância e de repercussão internacional como os transgênicos por medida provisória. Precisamos, com urgência, de um projeto de lei do Executivo que estabeleça regras definitivas em relação a esse tema.

Sr. Presidente, darei a minha opinião e a minha justificativa sobre o assunto. Devemos definir claramente de que transgênico estamos tratando. Esse assunto foi introduzido no cenário nacional como se a transgenia representasse um risco, um monstro na prateleira do supermercado a ameaçar o consumidor brasileiro, que parece ser diferente do consumidor de outros países. Na verdade, os transgênicos nada mais são do que o resultado da introdução de um gene em uma planta, em uma variedade, o que conferirá uma característica genética diferenciada àquela planta.

Está em fase de experimentação a produção de tomate transgênico. Vejo dois médicos neste plenário e gostaria de dizer, olhando para S. Ex^{as}, da importância de descobrir uma planta cujos frutos ou cuja parte que será consumida seja uma vacina contra o câncer de próstata e contra o câncer de mama, como é o caso do tomate que está sendo criado por transgenia e, dentro de muito pouco tempo, estará à disposição dos consumidores brasileiros e mundiais. Vamos proibir o consumo do tomate transgênico, que combate o câncer de mama e o câncer de próstata? Penso que não.

É preciso tomar cuidado quando se fala de transgênico generalizando.

Citarei outro exemplo. Está em desenvolvimento a pesquisa de um milho que conterá hormônio de crescimento. Sabemos que, em muitos Estados brasileiros, esse problema do crescimento afeta muitas

peessoas. Imaginem como será para as famílias dessas pessoas de pequena estatura encontrar um produto nobre na alimentação humana, como o milho, em cuja cultura tenha sido introduzido um gene introduzido contendo hormônio de crescimento, proporcionando, dessa forma, o crescimento de pessoas que não têm outro remédio para a correção desse problema. Pergunto: vamos proibir a venda desse milho transgênico? Penso que não.

Laranja: está para ser colocada no mercado uma laranja com um gene que significará uma vacina contra a gripe. Hoje, os médicos recomendam uma vacina já traz resultados contra a gripe, mal que acomete, praticamente, todas as pessoas. Então, vamos proibir a plantação de uma laranja que tenha a característica de fornecer uma vacina antigripe?

Está para ser lançado no mercado, em fase final de experimentação, um algodão que vai trazer as plumas coloridas. Quando se quiser produzir uma roupa azul, usar-se-á pluma azul; rosa, pluma rosa; vermelha, pluma vermelha; se se quiser continuar com a camisa branca, pluma branca. Esse algodão vai trazer benefícios enormes à sociedade mundial e é claro que a venda dele não poderá ser proibida só porque tem um gene que o caracteriza como transgênico.

Trigo: estamos para produzir um trigo com um teor de glúten muito maior do que o atual, portanto com um poder de nutrição muito maior do que o trigo atual. Ora, o trigo é o alimento mais plantado e mais consumido no mundo inteiro. Não vamos, portanto, poder proibir seu cultivo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Conceda-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Antes de conceder-lhe o aparte, embora não seja médico, cito, ainda, a insulina, cujo surgimento ocorreu em 1882, se não me engano, e cuja fabricação começou à base de produtos de origem animal – do boi, do porco; depois, passou a se originar do próprio homem, quando se retirou um gene humano e com ele se fez a insulina, tão importante para a saúde de milhares de pessoas brasileiras e de todo o mundo. A insulina é um transgênico que está aí há muito tempo, e não ouço ninguém protestar contra ela.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Osmar Dias, V. Ex.^a faz um discurso admirável. Eu dizia ainda há pouco ao Senador Gilberto Mestrinho que V. Ex.^a aborda de maneira magistral um dos temas mais significativos, quando pensamos em des-

dobrar, de maneira exitosa, essa coisa vitoriosa que é a agricultura brasileira. Os outros três temas – de quatro – são, a meu ver, as invasões, não só em torno do MST, mas dos outros grupos que começam a se formar, inclusive recrutando os empregados urbanos para fazer essa agitação política no campo. O tema seguinte seria a pendência em torno da demarcação das terras indígenas. De fato, esse tem sido um problema e demanda um esforço de todos para, mostrando sensibilidade em relação à questão indígena e respeito aos nossos antepassados indígenas, por outro lado sabermos preservar o cerne da economia brasileira, que é, sem dúvida alguma, o agronegócio. Além dos transgênicos, que V. Ex.^a aborda, há a questão indígena, o MST um quarto ponto, que envolve o Ministério Público, que diz respeito a certo excesso de preocupação ambiental. Qual é o limite: não matar a galinha dos ovos de ouro. Por outro lado, não imaginarmos jamais que se possa deixar a agricultura cair no marasmo ou deixar de ser sedutora para quem queira investir nela. Então, se equacionarmos bem esses quatro problemas – e V. Ex.^a aborda magistralmente a questão dos transgênicos – podemos imaginar que o Brasil, daqui a dez anos, com ou sem subsídios por parte dos americanos, terá uma agricultura mais competitiva do que a dos Estados Unidos, ou seja, será o grande produtor agrícola do mundo daqui a uma década, se soubermos apoiar e investir todas as fichas brasileiras no êxito do agronegócio. Meus parabéns. Ouço com atenção e com respeito o discurso do parlamentar correto e talentoso que é V. Ex.^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

É preciso reconhecer que a agricultura avançou, e muito, nos últimos anos graças a medidas apoiadas pelo Congresso Nacional, principalmente no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso houve um avanço considerável. Aqui não estou apoiando nenhum dos Governos, nem o anterior nem este; estou apenas reconhecendo que houve, com o Pesa, com o Recoop, com a ampliação dos recursos de crédito para investimentos, especialmente, e com a solução para o endividamento rural, um avanço muito grande para a agricultura brasileira, cuja produção saltou para cento e vinte milhões de toneladas e deve continuar aumentando.

Apenas para contestar os que condenam os produtos transgênicos, dizendo que não podemos liberá-los porque é uma agressão à saúde humana e ao meio ambiente, gostaria de fazer algumas considerações. Com relação à saúde humana, de trinta produtos pesquisados pelo Idec – Instituto Brasileiro

de Defesa do Consumidor –, nos supermercados, onze contêm produtos transgênicos, até o Nestogéno, utilizado para crianças. Dos 72,5 milhões de hectares de soja plantados este ano no mundo, 36,5 milhões são transgênicos. Portanto, um pouco mais da metade. O Governador do Paraná enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei proibindo os produtos transgênicos. É claro que se trata de uma questão técnica. Não podemos discuti-la apenas tendo em vista o lado político. A questão técnica é muito mais importante.

Como vamos proibir transgênicos no Paraná com a alegação de que a China não os importa, se ela acaba de importar 6,2 milhões toneladas de soja dos Estados Unidos, que plantam transgênicos em 70% da sua área, e da Argentina, três milhões de toneladas? O Brasil, que, segundo aqueles que defendem a eliminação dos transgênicos, não os planta, só exportou dois milhões de toneladas para a China. Então, o mercado chinês compra sim, mas exige uma coisa que o mercado consumidor do mundo inteiro vai exigir, e que temos que estar preparados para cumprir essa exigência: falo da legislação, que deve ser aprovada pelo Congresso. Ela deve obedecer à Lei de Bio-segurança, aprovada em 1995, cujo projeto é de autoria do Senador Marco Maciel, que representa, sim, modernidade em relação à biossegurança nacional. Segundo, ela deve exigir a certificação, ou seja, nenhum produtor poderá semear uma lavoura de soja sem certifi-cá-la, dizendo se é convencional ou transgênica. Por quê? Porque precisamos dar ao consumidor, seja ele nacional ou importador, o direito de conhecer o que está consumindo. Se não fizermos a certificação, aí sim perderemos mercado. A China não exige que a soja não seja transgênica; exige que seja rotulada, certificada. Deve-se começar com o rastreamento e logo após fazer a certificação da lavoura e a separação dos produtos em armazéns. Quando as cooperativas vão armazenar os produtos, transgênicos ou não, devem ter armazéns separados. O Governo deve criar uma linha de crédito para financiar a instalação de laboratórios, porque a única forma de identificar se uma soja é transgênica ou não é pelo exame de DNA, e ele só pode ser feito em laboratório. Então, precisamos ter laboratórios nas cooperativas e nos portos de onde nossa soja sai para exportação – estou falando da soja, mas aqui vale para qualquer produto. Temos que ter uma visão clara do papel da CTN-Bio. Quero aqui chamar a atenção, inclusive do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, porque é claro que há uma discussão no Go-

verno se a CTN-Bio deve ser consultiva ou deliberativa.

Senador Aloizio Mercadante, a minha opinião, como técnico, é que não podemos tirar o poder de decisão da CTN-Bio, porque essa é uma decisão técnica. A análise, se determinado transgênico pode causar dano à saúde ou ao meio ambiente, só pode ser feita tecnicamente e não politicamente. A CTN-Bio é constituída por pesquisadores, por cientistas da iniciativa privada e do Governo da maior categoria profissional, do maior conhecimento, Senador Gilberto Mestrinho, que terão capacidade para dizer se aquele transgênico pode ou não causar dano à saúde.

Então, não podemos transferir da esfera técnica para a política a decisão. Temos que dar à CTN-Bio – e isso a lei tem que garantir – o caráter deliberativo e não consultivo, apenas. O Governo tem condições de incentivar – custa pouco, já fiz um levantamento prévio, não vou citar os números aqui – não somente cooperativas, mas cerealistas, que são empresas de intermediação na compra e venda de cereais que sejam obrigadas a certificar o produto, mas para isso tenham uma linha de crédito para financiar laboratórios suficientes para fazer análises do DNA dos produtos adquiridos e vendidos, para que possamos garantir que, lá no porto, quando um produto chegar e estiver escrito “convencional”, seja mesmo convencional, para que não cometamos o equívoco de exportar uma soja ou um milho que não seja convencional, mas transgênico, e derrubar um mercado conquistado a duras penas. O Brasil já é, em valor, o maior exportador de soja do mundo e poderemos continuar crescendo – e tenho certeza de que continuaremos – se não interrompermos o progresso na ciência.

A questão dos transgênicos deve ser tratada como um capítulo da biotecnologia e não ser transformada em uma discussão puramente ideológica. A medida provisória do Presidente Lula está correta, mas deveria ser encaminhada como projeto de lei. Não podemos legislar a cada safra porque há um problema. Os produtores que plantarem a soja transgênica este ano não terão a garantia, porque é uma medida provisória, de que poderão guardar o produto desta safra e utilizá-lo como semente para plantar a próxima safra. Não podendo fazê-lo, vão ter o custo alterado.

Alguém argumentou que não há mais vantagens, no que se refere ao custo de produção, em plantar transgênicos. Vou explicar rapidamente, porque tenho dois minutos e meio e é suficiente. Quando se planta soja convencional é feita a seguinte operação: no campo, faz-se o dessecamento da erva dani-

nha com um herbicida à base de Glifozato. A soja é semeada. A soja convencional vai necessitar de duas aplicações de herbicida: uma pré-emergente, antes de a praga emergir, e outra pós-emergente, após a emergência da praga. Quando se planta a soja transgênica, deixa-se de dessecar antes do plantio. Planta-se em cima da erva daninha. Depois, em vez de o herbicida ser aplicado duas vezes, aplica-se o Glifozato, que vai dessecar a erva daninha. E porque a soja tem um gene que a torna resistente ao Glifozato, vai permanecer verde, economizando para o produtor duas aplicações de herbicida.

Eu gostaria de entender os que afirmam que há danos para o meio ambiente. É exatamente ao contrário. Evitam-se duas aplicações de veneno, de agrotóxico, que, evidentemente, contaminarão muito mais o solo, o meio ambiente, se continuarem sendo aplicados.

Não há risco de erosão genética. O que é erosão genética? Seria o cruzamento de uma planta transgênica com uma convencional, criando um híbrido. A ciência já provou que isso não existe. No campo técnico e científico, não há esse risco. Não há risco de contaminação de outras plantas, de criarmos plantas resistentes ao Glifozato porque este só não ataca a soja porque ela tem o gene da transgenia, exatamente o que lhe confere resistência. Então, sob o ponto de vista do meio ambiente, só vejo vantagens.

O mundo já consome. A própria França, que impedia a importação, atualmente está eliminando o prazo de moratória para entrar em um novo período, ou seja, importar conhecendo o que está importando, com certificado, para colocar no mercado com o conhecimento do consumidor. A França, inclusive, faz uma pesquisa com trutas transgênicas, que não se reproduzem em cativeiro. Então, a França já consome transgênicos: a truta transgênica, que está sendo produzida em cativeiro, é consumida sem qualquer reclamação dos consumidores franceses.

V. Exª pediu um aparte, Senador Romero Jucá?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Rapidamente, Senador Osmar Dias. Primeiro, para aplaudir o discurso de V. Exª. Tem razão V. Exª quando fala sobre a questão da perenidade da programação de safras futuras. Quero defender a edição da medida provisória por dois motivos. Em primeiro lugar, porque ao emitir a medida provisória começamos a ter a validade da proposta de imediato. Mais do que isso, como toda medida provisória tem que ser votada no Congresso, na verdade, poderemos aqui modificá-la e criar inclusive um intervalo maior de sua validade, até que uma legislação seja aprovada normalmente nes-

ta Casa. Se o Governo manda uma proposta de lei comum para a Câmara dos Deputados, essa matéria é tão polêmica que, na verdade, cairia num debate que levaria anos e ficaríamos com essa questão comprometida. V. Exª tem razão, mas acho que a medida provisória, neste caso, acelerará o debate e teremos a condição, no plenário do Senado, de fazer as modificações necessárias, condizentes com as considerações de V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, vou encerrar, concordando com o Senador Romero Jucá. Agora, não há mais o que fazer porque a safra está para ser plantada. Um projeto de lei demoraria e ultrapassaríamos o período de plantio. Começamos a semear a soja agora, no início de outubro. O que estou dizendo é que já deveria ter sido regulamentado por lei. Levamos um susto na safra passada. Nem com o susto houve a previdência de aprovarmos aqui um projeto de lei que legislasse de forma duradoura e permanente. Agora não há mais o que fazer mesmo, temos que aceitar a medida provisória. Inclusive, estou aqui me colocando à disposição do Líder do Governo para, se quiser, designar-me Relator da medida provisória, analisando-a sob o ângulo técnico, tirando esse aspecto ideológico e político que confunde o debate e faz, na verdade, com que até a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, cometa equívocos quando se pronuncia. Nós, que gostamos tanto da Ministra, gostaríamos de ver S. Exª do lado dos que defendem o debate técnico sobre a questão dos transgênicos no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa concede a palavra ao nobre Líder Aloizio Mercadante, por cinco minutos, pela Liderança do Governo, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de dizer que, durante um certo período da História do Brasil, inclusive na campanha eleitoral, havia uma série de vozes céticas quanto à capacidade de o Presidente Lula representar o Brasil no exterior.

E, hoje, afirmo que os absolutamente céticos de então há que reconhecer o enorme salto de qualidade

na representação do Brasil em termos de credibilidade, prestígio e reconhecimento nos mais diversos e plurais fóruns de representação.

Em primeiro lugar, reconstituímos o Mercosul e não estando longe o momento em que todos os países da América do Sul participarão ativamente do Mercosul. Há grande avanço nas negociações com o Equador, Colômbia, Bolívia, Chile, que já são países associados, e Peru, que já faz parte. Todos esses contatos apontam na possibilidade concreta de consolidarmos o Mercosul, o que será um passo decisivo da nossa diplomacia – absolutamente inovador – para que fortaleçamos a região diante dos fóruns de negociações multilaterais.

O carinho com o Brasil ecoa forte no mundo todo, conforme demonstrado no show magistral na sede da Organização das Nações Unidas pelo nosso Ministro da Cultura, Gilberto Gil, por ocasião da homenagem às vítimas do atentado terrorista em Bagdá, quando perdemos Sérgio Vieira de Melo – um grande nome da nossa diplomacia.

O reconhecimento do Brasil, hoje, também está expresso na possibilidade concreta de o Presidente Lula vir a receber o título de Prêmio Nobel da Paz – por ser a personalidade que tem garantido o maior destaque na comissão que analisa o perfil, exatamente pelo seu caráter de luta contra o **apartheid** social, a exclusão social, a pobreza e a fome no mundo.

O Presidente inicia uma nova viagem e dois fatos precisam ser discutidos.

O primeiro é o resultado de Cancún. Li o pronunciamento do Ministro Robert Zoellick, representante comercial dos Estados Unidos, que esteve no meu Gabinete há dois meses, e S. Ex^a basicamente diz que o Brasil exagerou nas negociações, que o acordo não saiu porque o G-21 foi muito intransigente na mesa de negociação. Não concordo, absolutamente, com essa afirmação.

Em primeiro lugar, quem conduziu a pauta dos subsídios e das barreiras não-tarifárias na agricultura para o fórum da OMC – Organização Mundial do Comércio – foram os Estados Unidos com essa atitude – e eu disse a S. Ex^a pessoalmente – que levou a diplomacia brasileira, na negociação da Alca – Área de Livre Comércio das Américas – também a conduzir investimentos, serviços, patentes, compras governamentais – os temas que são mais sensíveis à agenda da União Européia e do governo americano – para o âmbito da OMC.

Na Rodada do Uruguai, o compromisso dos países ricos foi de que agora seria a agenda dos países

em desenvolvimento, que agora seria tratada a matéria comercial, especialmente a abertura do comércio para a agricultura, e isso não ocorreu...

Quero registrar o artigo que publiquei na **Folha de S. Paulo** neste final de semana, mas lerei o primeiro parágrafo, para expressar os meus sentimentos e a minha reflexão em relação a esse episódio. Escrevi o seguinte:

As vacas européias e norte-americanas, esses simpáticos e abnegados quadrúpedes, recebem dos governos da União Européia e dos Estados Unidos cerca de US\$2 por dia para sua subsistência. [É um programa que se chama Bem-Estar Animal.] Por outro lado, há ao redor de 1,2 bilhão de “bípedes implumes”, como Platão definia o ser humano, que sobrevivem nos países em desenvolvimento com US\$1 ou menos por dia. Essa notável desigualdade nos rendimentos de quadrúpedes e bípedes não se deve, como poderiam pensar os mais afoitos, ao maior número de membros dos primeiros, o que equalizaria a renda “**per membru**” de uns e outros, mas, sim, à escandalosa política de subsídios à agricultura que os países desenvolvidos praticam.

Estamos falando de subsídios de US\$360 bilhões por ano, que impedem os países em desenvolvimento para a exportação de seus produtos, para a competitividade na agricultura, na geração de emprego, renda e bem-estar social para as nossas sociedades.

É inaceitável a intransigência que assistimos dos países ricos.

Parabenizo a diplomacia brasileira, que, pela primeira vez, levou cinco Ministros de Estado para essa reunião.

Lideramos o G-21 – hoje G-22, porque a Turquia também aderiu.

Conseguimos trazer para o campo dos países em desenvolvimento, que são exportadores agrícolas, e, por sua vez, grandes importadores, como a Índia e a China, e esse bloco deu peso diplomático, político e, também sinergia para colocarmos na pauta, que não é possível continuar abrindo espaço para a agenda dos países ricos, se o tema dos países em desenvolvimento não for tratado com os compromissos históricos que haviam sido firmados.

Hoje vejo o Ministro Robert Zoellick criticando a atitude da nossa diplomacia, pelo contrário, quem deve fazer uma autocrítica do protecionismo tarifário para

negar as negociações das barreiras não tarifárias, é exatamente o Governo Americano, pois os Estados Unidos, ao longo da história, sempre foram um país líder no discurso da abertura comercial, sempre um país à frente dessa agenda em todos os fóruns internacionais, no entanto, hoje lidera o corporativismo, a barreira protecionista e os subsídios indevidos à agricultura. Como pode uma vaca na Europa ou nos Estados Unidos receber US\$2 por dia para manter a qualidade de vida em um mundo que tem 1,2 bilhão de pessoas recebendo até um dólar de renda **per capita**?

Se os países ricos retirassem exatamente esse subsídio de US\$360 bilhões, nós poderíamos aumentar, pelo menos dobrar a renda **per capita** dessa população. Mais do que isso, dar chances para essa multidão que está com a enxada, com a mão calejada, batendo no chão duro para colher, comer e não ter a panela vazia com acontece na África e, em boa parte das populações periféricas na América Latina ou na Ásia.

Esse mundo precisa de relações mais justas. Isso não significa que o nosso Governo esteja fechando as portas da negociação multilateral. Ao contrário, queremos continuar negociando no âmbito dos acordos multilaterais. E mais, queremos em relação à União Européia e aos Estados Unidos, a negociação 4 mais 1 – Mercosul e Estados Unidos –, no âmbito da Alca e Mercosul e União Européia, no âmbito das nossas relações bilaterais. Mas sem abdicarmos dos princípios e valores essenciais de nossas atitudes políticas.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que é evidente que a agricultura é multifuncional, como argumentam os países ricos. A agricultura diz respeito à soberania alimentar, à ocupação do território, à identidade cultural que se expressa na culinária de um país.

Diz respeito, portanto, à multifuncionalidade.

E é verdade que, pela sazonalidade das safras, o Estado deve, sim, ter políticas de defesa e de apoio à agricultura.

Sem contudo, levar os países ricos aos limites que eles estão hoje impondo à maioria da população desse planeta.

Não é possível aumentar, como o Congresso americano aumentou agora, por meio da **Farm Bio**, para US\$195 bilhões os subsídios, por ano, para a agricultura americana, quando nós queremos exportar uma tonelada, por exemplo, de suco de laranja, precisamos pagar quase US\$200 de barreira tarifária.

O Brasil, que é o maior exportador de etanol, tem uma cota de 100 milhões de toneladas de exportação de etanol, quando a nossa produção são bilhões e bilhões de toneladas.

Portanto, nós não podemos entrar no mercado americano.

O que está fora da cota nós pagamos 300% de impostos para colocar no mercado. E o nosso etanol é 1/3 do custo do álcool da beterraba, é metade do custo do álcool do milho que a agricultura americana subsidia!

Que mundo é esse?

Que justiça no comércio é essa a que estamos assistindo?

O mesmo vale para o açúcar?

A nossa indústria têxtil precisa fazer exportação por intermédio da América Central, porque nós não temos cota para colocá-la no mercado americano. A nossa siderurgia tem uma barreira de 30% a mais de tarifas no aço.

Que livre comércio é esse restrito aos países ricos, onde são competitivos e eficientes?

Eu quero lembrar que a economia americana é onze vezes superior à nossa economia. Tem uma taxa de juros de 1% ao ano. Tem escala, produtividade, ciência e tecnologia.

Portanto, não precisa desse tipo de barreira protecionista para manter uma produção agrícola que está destruindo emprego – não apenas aqui no Brasil – mas principalmente nos países mais pobres do nosso continente e da África, nos demais continentes onde a fome está por toda parte, bem como a miséria e a pobreza, e pessoas que não têm outra alternativa a não ser plantar, colher e comer.

Por isso, eu tenho orgulho da atitude que o Governo brasileiro teve nesse fórum.

É evidente – e eu concluo, Sr. Presidente – que os países ricos podem tentar dividir o G-22; podem aumentar a pressão ou tentar cooptar algumas nações, mas nós venceremos o debate político.

O impasse diplomático foi uma vitória política da nossa diplomacia.

E o Brasil emerge como a grande liderança desse movimento, exatamente pela sua coerência e maturidade.

Nós não fizemos nenhum movimento de hostilidade, seja aos Estados Unidos ou à União Européia. Nós fizemos um movimento de defesa legítima, no âmbito do comércio das negociações multilaterais, dos nossos interesses comerciais e dos interesses da maioria da população deste planeta.

Não é possível viver em um mundo em que os quadrúpedes recebem US\$2 por dia e os bípedes **in plumae**, como dizia Platão, vivem com até US\$1 por dia.

Estamos falando em 1 bilhão e 200 milhões de pessoas.

Isso não é justiça social; não é livre comércio; é uma imposição, que somente é possível, porque os países em desenvolvimento não se articularam, nem mantiveram a sua unidade, tão pouco tiveram a firmeza nos fóruns de negociação, como estão tendo neste início de Século XXI.

Seguramente, neste caminho, nós teremos vitórias importantes no plano do comércio, das relações econômicas e de maior justiça social nas relações bilaterais e multilaterais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

LIÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Sobre Cancún, quadrúpedes e bípedes

Aloizio Mercadante

As vacas européias e norte-americanas, esses simpáticos e abnegados quadrúpedes, recebem dos governos da União Européia e dos Estados Unidos cerca de US\$ 2 por dia para sua subsistência. Por outro lado, há ao redor de 1,2 bilhão de “bípedes implumes”, como Platão definia o ser humano, que sobrevivem nos países em desenvolvimento com US\$ 1 ou menos por dia. Essa notável desigualdade nos rendimentos de quadrúpedes e bípedes não se deve, como poderiam pensar os mais afoitos, ao maior número de membros dos primeiros, o que equalizaria a renda “per membru” de uns e outros, mas, sim, à escandalosa política de subsídios à agricultura que os países desenvolvidos praticam.

Com efeito, o protecionismo dos países desenvolvidos, especialmente na área agrícola, causa prejuízos enormes à população das nações em desenvolvimento. Alicerçadas em picos tarifários, barreiras sanitárias e fitossanitárias, cotas e em cerca de US\$ 360 bilhões por ano de subsídios de todo tipo, as políticas agrícolas dos países desenvolvidos criam obstáculos muitas vezes intransponíveis para as exportações de commodities agrícolas, as quais são vitais

para as economias de muitos países em desenvolvimento, notadamente os mais pobres. Mesmo para o Brasil, país que tem a décima economia mundial e pauta exportadora bastante diversificada, as exportações do chamado agronegócio são essenciais para a realização dos superávits comerciais necessários à superação da nossa vulnerabilidade externa. A esse respeito, basta assinalar que, entre 1993 e 2002, o agronegócio brasileiro gerou, apesar de tais obstáculos protecionistas e da sobrevalorização cambial, cerca de US\$ 147 bilhões de superávit comercial.

Dada a alta produtividade de nossa agricultura e de boa parte de nossa indústria, a performance comercial do Brasil poderia ser bem melhor, caso as barreiras protecionistas das nações mais ricas fossem derrubadas. Assim sendo, a superação do protecionismo dos países desenvolvidos, especialmente na área da agricultura, e a construção de uma ordem internacional menos assimétrica são estratégias para o desenvolvimento do Brasil. Entendemos perfeitamente que, por causa de sua multifuncionalidade e da necessidade de promover a segurança alimentar, a agricultura tenha de ter tratamento diferenciado. Contudo o excesso de protecionismo e de subsídios praticado pelos países mais abastados, justificado com alguns argumentos estapafúrdios, como o da necessidade de se assegurar o “bem-estar animal”, acaba por prejudicar de forma mais intensa justamente a população rural de baixa renda das nações em desenvolvimento, as quais, além de enfrentarem a concorrência desleal das exportações subsidiadas, têm de conviver com a concentração fundiária e de renda. Foi por esses motivos que o governo brasileiro, realizando o que alguns analistas definiram como “golpe de mestre”, criou e liderou, com êxito, o G21 na reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Cancún.

Embora a referida reunião tenha acabado num impasse técnico, o saldo político-diplomático foi muito positivo para o Brasil e para os demais países em desenvolvimento. Ao contrário do que aconteceu na Rodada Uruguai, quando os países em desenvolvimento, atuando de forma descoordenada, acabaram por ratificar acordos desequilibrados e assimétricos que os levaram a abrir as suas frágeis economias para os produtos e serviços das nações desenvolvidas sem que, entretanto, tivessem obtido contrapartidas nas áreas em que possuíam maior competitividade (agricultura e têxteis), desta vez os governos de tais paí-

ses cerraram fileiras na defesa dos seus justos interesses. Com isso, evitou-se o pior, que seria a consolidação, por décadas, do protecionismo agrícola e da injusta ordem comercial global.

Temendo talvez pelo futuro de seus vetustos quadrúpedes, os EUA e a União Européia reagiram furiosamente à justificada insurreição da malta bípede. Acusaram-nos de estarmos revivendo a clivagem “ideológica” entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, típica das décadas de 60 e 70, e obstaculizando o progresso do “livre comércio”, com prejuízos para todos. Ora, tal clivagem foi introduzida por eles já na Rodada Uruguai, da qual os países em desenvolvimento saíram apenas com promessas vãs. Agora, na Rodada Doha, ironicamente denominada também “Rodada do Desenvolvimento”, tenta-se fazer a mesma coisa. Os governos das nações industrializadas querem arrancar concessões nos “temas de Cingapura”, como regras draconianas para proteção dos investimentos, a exemplo do que foi tentado no finado MAI (Acordo Multilateral de Investimento), transparência e ulterior abertura do mercado de compras governamentais, política de concorrência etc., mas não admitem progressos significativos nos assuntos vitais para os países em desenvolvimento, como agricultura, antidumping e tratamento especial e diferenciado. Por isso Cancún fracassou.

Contrastando com o que afirmam alguns, acreditamos que o impasse gerado em Cancún possa vir a abrir perspectivas positivas para nossas negociações comerciais. Em primeiro lugar, o Brasil surge de Cancún como o grande líder dos países em desenvolvimento, o que deverá facilitar articulações diplomáticas que visem à defesa de nossos interesses. Em segundo, a paralisação temporária da discussão, na OMC, de temas polêmicos, como investimentos, compras governamentais, antidumping e subsídios agrícolas, gera condições concretas para que, na Alca, possam se acelerar as negociações no “trilho” do acordo 4+1 entre o Mercosul e os EUA, as quais não dependem do debate de tais assuntos. Em terceiro e mais importante, a nova atitude mais atuante e propositiva dos países em desenvolvimento na OMC, cristalizada na ação do G21, deverá, a longo prazo, fortalecer o sistema multilateral de comércio, pois nenhuma instituição será politicamente equilibrada e verdadeiramente multilateral enquanto refletir preponderantemente os interesses de algumas poucas nações desenvolvidas.

A luta será dura, e o Brasil, o Mercosul e o G21 devem preparar-se para árduas negociações. Mas cremos firmemente que, ao final do processo, chegaremos a uma ordem internacional mais justa, na qual, ao menos, o bem-estar dos bípedes do Terceiro Mundo receba tanta atenção quanto o dos quadrúpedes do Primeiro Mundo.

Aloizio Mercadante, 49, é economista e professor licenciado da PUC e da Unicamp, senador por São Paulo, secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores e líder do governo no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concederei, mantendo o critério de intercalar os oradores inscritos com as comunicações inadiáveis, a palavra, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, ao nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada visita periódica que faço ao meu Estado, o ex-território federal do Amapá, serve de motivo para fazermos uma reflexão sobre a realidade daquele Estado, no que diz respeito aos prestadores de serviço, às pessoas que prestam os seus serviços pessoais à nossa comunidade.

Quero lembrar que o Território Federal do Amapá foi transformado em Estado Federado com a promulgação da Constituição de 1988, porém instalado com a posse do Governador eleito em 1990.

Eu digo isso para implicitamente deduzir que a força de trabalho para os habitantes do Amapá é especificamente de servidor público federal, estadual e municipal, razão pela qual nos preocupa toda e qualquer política pública que envolva questões relacionadas à renda do servidor, seja da Administração Direta ou Indireta, estatutária, celetista ou comissionado.

Refletindo o artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, de ontem, cujo título evidencia que no País há 4,5 milhões de aposentados que trabalham, pensei logo na grande massa de servidor público do meu Estado do Amapá.

Para o coordenador do Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas da CUT, Wilson Roberto Ribeiro, o aposentado volta ao mercado de trabalho para garantir a renda da família no lugar do filho desempregado. Diz ainda o sindicalista: “O filho perdeu o emprego e não consegue uma vaga. Como o pai

aposentado acaba aceitando um salário menor e isso representa menos custo para o empregador, ele fica na vaga, no lugar de um desempregado”.

Nas contas do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, o piso previsto pelo Dieese para o salário mínimo deveria valer R\$ 1.359,03, em agosto de 2003; ou seja, 5,66 vezes o vigente.

Conforme o artigo do jornal **Folha de S.Paulo**, o problema é que quem se aposentou com dez salários mínimos, em 1994, recebe hoje apenas seis salários mínimos. A defasagem das aposentadorias varia de 36% a 52% – diz João Batista Inocentini, presidente do sindicato. Ele reforça: “O aposentado não trabalha porque gosta, mas, sim, porque precisa comer”.

Ainda segundo o presidente do sindicato, pesquisa realizada em São Paulo, em 2000, mostrou que somente 19% dos aposentados conseguiam comprar os medicamentos de que precisavam com o valor do benefício recebido. Ou seja: “Quase metade dos aposentados (48%) comprava parte dos remédios que precisava tomar, de acordo com o estudo da Faculdade de Medicina da USP, e 33% nunca compravam, só tomando remédios quando os conseguiam em postos de saúde”. Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, por aí se vê a situação do aposentado no Brasil.

A participação dos aposentados no total de ocupados deve chegar a 8,2% em 2010, o que significa que 7,2 milhões de aposentados devem estar no mercado de trabalho, se mantidas as taxas de crescimento da população aposentada e de aposentados que trabalham, verificadas no período.

A projeção foi feita com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, de 1992 e 2001, e de dados dos censos demográficos, ambos realizados pelo IBGE.

Termino, Sr. Presidente, mencionando o que diz o artigo da **Folha de S.Paulo** de que “a aposentadoria passa a ser um complemento, não a fonte principal de renda. Como o Brasil está envelhecendo, a situação tende a piorar”.

Muito obrigado.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Ramez Tebet, existe uma decisão da Mesa com relação à comunicação inadiável. Por se

tratar de uma comunicação inadiável e com o tempo esgotado, neste caso, não se concede aparte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Esse lugar de V. Ex^a eu já o ocupei. E realmente V. Ex^a tem razão. Eu cheguei agora, o assunto é importante, mas eu não sabia que o Senador estava falando pela Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Não era pela Liderança do Partido; caso o fosse, há decisão nesse sentido de que, na comunicação de interesse partidário, o aparte é possível dentro do tempo do orador. Mas não se aplica o mesmo em relação à comunicação inadiável.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Pois é, quis referir-me à comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – De qualquer forma, a Mesa agradece a colaboração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o nobre Senador Alvaro Dias, por permuta com este Presidente e por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a agenda internacional do Presidente Lula, nesses nove meses, superou de longe, superou com muita folga a do seu antecessor, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E durante a campanha eleitoral, o Presidente Lula e os petistas de forma geral não pouparam o Presidente Fernando Henrique Cardoso em razão de suas viagens ao exterior.

Lula começou seu périplo em Nova Iorque, passou pelo México e foi até a Ilha de Fidel Castro. Não importa que as críticas contra o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tenham sido feitas. O périplo do Presidente Lula é tão importante para o País quanto as viagens do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso o foram. Não me espanta que o Presidente Lula viaje para tratar de assuntos do interesse do nosso País; afinal o Brasil não pode viver enclausurado. O que me espanta é o fato de não entenderem que as viagens do ex-Presidente também tinham a mesma importância.

Senadores Mão Santa e Eduardo Siqueira Campos, o nosso País continua sufocado pela política cínica, egoísta, prepotente e arrogante e, sem dúvida,

pouco inteligente que é imposta pelas grandes nações, o que compromete extraordinários mercados de consumo, e, estando comprometidos, certamente contrariarão os interesses dos países ricos, especialmente os da União Européia. O Mercado Comum Europeu, nosso principal parceiro, adota uma política de protecionismo, de barreiras alfandegárias e não alfandegárias, de subsídios à agricultura e de **dumping**, o que nos prejudica de forma contundente.

A voracidade das nações ricas coloca obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico de nações subdesenvolvidas como a nossa. É preciso aproveitar o périplo do Presidente Lula, suscitando este debate para recolocar a discussão na ordem do dia.

Há uma concorrência desleal no que diz respeito à comercialização de produtos e um protecionismo para dentro, impedindo o ingresso de produtos de países estrangeiros, o que sacrifica, sobretudo, a produção agrícola do nosso País, principalmente quando se trata do Mercado Comum Europeu – obviamente sem excluir os Estados Unidos da América do Norte. Em relação à grande Nação americana, a siderurgia é o grande entrave para o Brasil. Aliás, é bom dizer que, amparados das melhores teorias econômicas, as grandes nações propalam os princípios do livre comércio, mas, na verdade, não os praticam.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as grandes empresas siderúrgicas tomam como verdade o falso conceito de que o Brasil pratica **dumping** em relação ao aço. Ora, se vendemos o produto por preços inferiores aos praticados por eles, é porque, neste caso, somos melhores do que eles, já que, em matéria de siderurgia, apresentamos competência superior e temos algumas vantagens, como a proximidade entre nossas fábricas e as jazidas e uma matéria-prima de excepcional qualidade. Portanto, não praticamos o **dumping**, apenas competimos, porque, com competência, produzimos com qualidade, eficiência e podemos oferecer por melhores preços.

Concedo um aparte, com prazer, ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro amigo, Senador Alvaro Dias, eu gostaria de me congratular com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz hoje aqui nesta Casa e também de dizer-lhe que esta é uma luta que o Brasil vem realizando já há algum tempo, no sentido, principalmente, de diminuir os fortes subsídios agrícolas que ainda existem nos países de Primeiro Mundo. Essa luta, Sr. Senador, que V. Ex^a, natu-

ral de um Estado que apresenta uma das melhores agriculturas do Brasil, o Paraná, vem acompanhando e que não começou agora, no Governo Lula. Na verdade, ela vem de algum tempo. Não só o Brasil, mas também outros países em desenvolvimento vêm lutando, na OMC e em todos os fóruns, para fazer com que os subsídios agrícolas possam baixar a níveis razoáveis que permitam que sua agricultura possa concorrer cada vez mais. Hoje temos uma excelente produtividade em muitos segmentos. Darei somente o exemplo do açúcar, para o qual temos um custo de cento e setenta dólares por tonelada, enquanto que a União Européia tem um custo de seiscentos dólares por tonelada, exportando o açúcar por cento e setenta dólares. Portanto, eles subsidiam praticamente o preço do produto. Essa é uma luta que vem ocorrendo nos fóruns internacionais há muitos anos e que tem o Brasil à frente. Às vezes consegue-se uma vitória aqui, tem-se uma derrota ali. Mas não podemos dizer que é a luta de um Governo. Se lermos os jornais, verificaremos que essa luta – parece – começou agora no encontro de Cancun. Não, não é verdade. Essa luta já existe, ela é da diplomacia brasileira, do País, dos agentes econômicos, dos exportadores e de todos aqueles que conseguiram essa melhoria da produtividade da agricultura. Assim, não devemos dar o mérito a esse ou àquele governo, mas, sim, a essas pessoas e ao País como um todo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sem dúvida, Senador José Jorge. Com a lucidez de sempre, V. Ex^a destaca a importância do apoio. Somos opositores, mas neste momento queremos oferecer o apoio da lealdade intransigente ao Presidente na luta em favor dos interesses nacionais. É claro que temos as nossas especialidades. Se os Estados Unidos são especialistas em tecnologia e produção industrial, o Brasil vai se tornando cada vez mais competitivo na produção agrícola. E são, obviamente, os subsídios praticados na Europa e nos Estados Unidos – US\$1 bilhão por dia de subsídio à agricultura – que provocam tremendo impacto na economia nacional e impedem que a agricultura brasileira se torne ainda mais próspera, mais rica, mais produtiva e capaz de alimentar um mundo tão carente de alimentos necessários.

Se desejamos estabelecer a paz no mundo, devemos começar pelo pacto de crescimento. O pacto de crescimento é o caminho para a paz. As decisões internacionais devem ser democratizadas

em favor dos países em desenvolvimento. É preciso rever a política de financiamento desses países, atualmente incompatível com a realidade dessas nações. É necessário fazer crescer o fluxo de capitais do sistema financeiro internacional para os países em desenvolvimento. Os recursos do sistema financeiro internacional transferidos a esses países já chegaram a 14%. Mas houve uma queda brutal. No ano passado, o percentual estava ao redor de 7%, o que é muito pouco. É preciso redimensionar a fim de recuperar a remessa de recursos para os países em desenvolvimento como forma de alavancar o desenvolvimento de nações cujo mercado interessa, sim, aos países mais ricos. E não há dúvida de que a preocupação do Presidente Lula deve ser, sobretudo, com a agricultura brasileira. Para as nações importantes, a agricultura é questão de segurança nacional, porque tem um peso social imenso. É questão de segurança alimentar, diz respeito a desenvolvimento econômico, tem uma relação estreita com o meio ambiente, com a biodiversidade, com o "efeito estufa", com a qualidade da água. É a agricultura que fornece matéria-prima para a indústria e alimentos acessíveis à população do mundo. Portanto, são razões para o protecionismo que se pratica em relação à agricultura. Não é sem razão que as nações poderosas praticam esse protecionismo. E é evidente que não podemos condenar as nações ricas porque subsidiam a sua agricultura. Elas têm autonomia e devem fazer o que melhor lhes aprouver. No entanto, devemos defender uma relação comercial de respeito. O tratamento que oferecemos aos produtos que importamos da Europa, dos Estados Unidos, do Japão e da China é o tratamento que queremos que ofereçam aos produtos que exportamos. Se essa regra for estabelecida e for considerada, certamente o nosso País será vitorioso nessas tratativas, que, como diz o Senador José Jorge, não vêm de hoje, não nasceram agora com este Governo, mas que já vêm alimentadas pela diplomacia brasileira, com maior ou menor competência nesse ou naquele Governo, com menor ou maior ousadia. E, aliás, creio que cabe aqui cobrarmos, agora, do Presidente Lula ousadia maior no trato dessa questão com as nações ricas do mundo.

Aproveito, Sr. Presidente, os minutos que me restam para fazer algumas considerações sobre os fatos atuais, pós-Cancun.

É inegável que a postura adotada pelo Brasil, na última reunião da Organização Mundial do Comércio, realizada em Cancun, arregimentando dezenas de países em desenvolvimento contra o protecionismo, exige redobrada persistência e habilidade de nossa diplomacia, porque, obviamente, ela encontra resistência por parte dos países poderosos. As repercussões desse encontro são visíveis. O Brasil conseguiu irritar diversos países ricos, cujos representantes não têm poupado em atribuir ao Brasil a responsabilidade pelo fracasso da reunião. Atribuem ao Brasil esse fracasso da reunião, e é bom fazer justiça, porque o nosso País teve a ousadia de fazer valer as suas reivindicações mais caras, como consequência das suas aspirações maiores de se estabelecer um relacionamento de respeito entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

Uma estratégia de atuação diplomática, substanciada numa ofensiva para impedir o impasse em torno das propostas sobre redução de tarifas e subsídios agrícolas, um dos pontos controversos e inconclusos das negociações travadas no México, deveria mobilizar o Itamaraty. Em círculos diplomáticos empresariais norte-americanos, a postura brasileira em Cancun tem sido avaliada como uma espécie de "retorno aos anos 70", quando o mundo era regido por ideário "terceiro-mundista". Querem nos imputar novamente o rótulo de "terceiro-mundistas", uma forma de fugir à responsabilidade de discutir um assunto dessa importância com altivez e respeito.

Precisamos empreender esforço conjunto no sentido de pautar a nossa política externa pela maturidade e inteligência, sem permitir o reavivamento de mitos ideológicos anacrônicos. O mundo de hoje possui contornos bem diferentes daqueles de 30 anos atrás, e nós sabemos disso. A luta para fazer prevalecer nos fóruns multilaterais teses mais favoráveis aos países exportadores agrícolas é legítima! Contudo, deve ser conduzida sem arroubos retóricos, sem mostras de pragmatismo excessivo e, o que é importante destacar, com a verdade. Do atual Governo, estamos aprendendo o que não se deve fazer em matéria de falta de sinceridade: o que diz o Governo não é o que faz o Governo.

Esperamos que nesse assunto de transcendental importância para a economia brasileira, o Governo do Presidente Lula assuma uma postura de sinceridade, fazendo realmente aquilo que diz, porque a Nação vai se cansando de ouvir, e a consequência é a frus-

tração. O que se diz não se sustenta, o que se diz não é o que se faz. O que se diz, com orientação talvez do **marketing** político, é com o objetivo de sustentar a popularidade do Presidente da República. Diz-se o que muitas vezes não corresponde à verdade, na esperança de que a popularidade do Presidente da República, ainda alta, sustente-se. Certamente, como castelos construídos na areia, a popularidade do Presidente será devastada pelos vendavais da intolerância popular se não souber o Governo conduzir-se com retidão, correção e competência, porque gerou enorme expectativa neste País.

Merece registro, sim, o esforço diplomático brasileiro da gestão anterior, quando conquistamos, por exemplo, o reconhecimento internacional de que é legítimo quebrar patentes de medicamentos em caso de emergências sanitárias, como a epidemia da Aids. E nesse ponto o Ministro José Serra teve papel relevante para que o Brasil pudesse estabelecer parâmetros em relação a um assunto de tanta importância e que diz respeito à saúde do povo brasileiro.

É uma incógnita o que norteará a presença do Presidente Lula em Cuba. Aliás, surpreende-nos ter o Presidente Lula agendado uma visita a Cuba exatamente no momento em que o Presidente Fidel Castro atua fortemente contra os direitos humanos.

O Presidente Lula, como líder nacional de um país como o nosso, tem enorme responsabilidade nesse contexto. A defesa dos direitos humanos é preliminar básica para a conquista da credibilidade internacional para qualquer líder de qualquer nação do mundo. Obviamente o Presidente Lula chegará a Cuba e será questionado pela imprensa internacional. A solidariedade de Sua Excelência é dirigida aos presos políticos ou ao mandante das prisões? Eis a questão que certamente deve preocupar o Presidente Lula nesse seu périplo pelo exterior.

Temos consciência de que o Brasil procurou evitar uma condenação pura e simples do regime de Fidel Castro e posicionou-se de forma equilibrada no jogo geopolítico da região. Mas obviamente o fato de adotar o Brasil uma postura equilibrada não o exime da responsabilidade de condenar agressões aos direitos humanos como as praticadas pelo Governo cubano.

Como alerta o cientista político Fernando Luiz Abrucio: "o pragmatismo dos meios não pode ignorar o idealismo dos fins". É incontornável, Lula não pode-

rá evitar o tema dos presos políticos cubanos. Um país que busca conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas deverá balizar sua atuação diplomática com muito equilíbrio. Repito: a defesa dos direitos humanos no cenário internacional é condicionante do prestígio que pode ou não adquirir um governante.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Romero Jucá, do PMDB do Estado de Roraima.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, rapidamente, antes de falar dos dois assuntos que pretendo tratar nesta tarde, quero fazer um registro até por coerência e consciência.

O Senador Arthur Virgílio, um pouco mais cedo, em seu pronunciamento, tratou da publicidade no Governo Lula e fez algumas referências a respeito do publicitário Duda Mendonça. Não tenho procuração do Duda Mendonça, na sou Líder do Governo, não tenho procuração deste, mas, sem dúvida alguma, alguns aspectos mencionados pelo Senador Arthur Virgílio são injustos. Em primeiro lugar, porque o publicitário Duda Mendonça é um dos mais competentes do País. Se eu estivesse no Governo gostaria de contar com a sua presença e contribuição, como, se estivesse em campanha, também tentaria tê-lo ao meu lado. Além disso, conheço bem Duda Mendonça e sei da sua seriedade e da sua forma de trabalhar e, portanto, tenho certeza de que jamais haveria qualquer tipo de relação promíscua entre o Duda, o Governo e o PT.

O publicitário Duda Mendonça tem uma história na publicidade política brasileira e, sem dúvida, é uma das figuras que tem a condição de ajudar a consolidar as mudanças que este País precisa fazer.

Fico muito tranquilo ao fazer essas considerações por uma questão muito simples: no Governo passado defendi, nesta tribuna também, a contratação do publicitário Nizan Guanaes pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ele havia feito a campanha do Presidente Fernando Henrique

Cardoso, assim como o Duda Mendonça fez a campanha do Presidente Lula, e assim como os dois passaram por um processo de licitação pública, onde há uma disputa feroz. Quem conhece o mercado publicitário brasileiro, principalmente o mercado publicitário público, sabe da disputa que se trava em cada conta publicitária do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e Telégrafos, Petrobras, Ministério da Saúde, enfim, nas grandes contas públicas, portanto, qualquer questão de irregularidade teria vindo à tona e maculado o processo licitatório.

É importante fazer essas considerações por um dever de consciência, conhecendo, como conheço, Duda Mendonça.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, minha primeira fala trata do acordo do Brasil com o FMI, questão que está nas manchetes dos jornais. De forma objetiva e positiva, nesta semana vimos um dos dirigentes do FMI dizer que o acordo com o Brasil poderia levar em conta algumas questões que temos discutido no plenário do Senado e na Comissão de Assuntos Econômicos. Trata-se exatamente de um acordo que possibilite o investimento e a retomada do crescimento no País. Dissemos aqui que era fundamental que no novo acordo o investimento das empresas estatais pudesse ficar fora do cálculo do superávit primário. Falamos que as questões sociais tinham de ser consideradas para que, efetivamente, o recurso disponível para enfrentar o drama social do País pudesse ser vultoso, em condições de atender a precariedade da sociedade.

Agora, vemos que o FMI começa a sensibilizar-se, fruto do trabalho do Governo do Presidente Lula e do Ministro Antônio Palocci, acerca da maneira firme, correta e necessária como, durante esses meses, se conduziu a economia. Nesta semana, em Dubai, o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, disse que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma exceção e um exemplo para o mundo, exatamente por ser político e por conduzir a economia da forma que o faz.

Fico muito satisfeito ao verificar que existe a possibilidade de renovar o acordo com o FMI, mas que esse “colchão” – como no jargão se costuma chamar a massa de dólares disponibilizada no acordo – não seja uma cama de faquir, cheia de pregos para ferrar a sociedade, mas um colchão um pouco mais sua-

ve exatamente para facilitar o investimento e a retomada do crescimento.

Faço este registro, porque tenho visto Senadores e a Comissão de Assuntos Econômicos marcando essa posição. Entendo que esse debate deva ser travado na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Ministro Palocci, com o Presidente do Banco Central e com os condutores da área econômica do Governo, para que tenhamos um acordo chancelado pelo Congresso e, portanto, com todas as condições de colocar na mesa algumas exigências que, infelizmente, hoje não existem e que, por isso, penalizam a sociedade com um superávit necessário de 4,25%.

Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizar a Universidade Federal de Roraima, que instituiu um curso superior indígena, em que professores indígenas estão estudando para obterem o diploma de terceiro grau. Isso é extremamente auspicioso. A Universidade Federal, o reitor Fernando Antonio Menezes da Silva*, os professores do Centro de Estudos de Linguística, todos estão de parabéns. Sem dúvida, ao parabenizar a Universidade, lembro o nome da Professora Maria Auxiliadora de Souza Melo*, a Dora, que faleceu neste ano e que foi a grande mentora e a peça de propulsão da instalação desse curso, que, sem dúvida, abre um momento novo para os indígenas de Roraima.

Eu gostaria de convidar a Funai para acompanhar essa ação. E que o novo Presidente da Funai possa espelhar-se nessa ação da Universidade Federal de Roraima e estender esses cursos Brasil afora, para o atendimento de todas as comunidades indígenas.

Ao encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, peço a transcrição da matéria do jornal **O Globo**: “FMI: Senadores só aceitam acordo sob condição”; de **O Estado de S.Paulo**: “Snow diz que Lula é exemplo para o mundo”; e do portal **Amazônia**: “Curso superior indígena é oficializado pela Universidade Federal de Roraima”.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Curso superior indígena é oficializado pela UFRR - 01/09/2003

Local: Brasília - DF

Fonte: FUNAI

Link: <http://www.funai.gov.br>

Apesar do início das aulas ter sido em 1º de julho, só agora o curso de Licenciatura Plena Intercultural Indígena, formação de professores indígenas em terceiro grau, teve seu reconhecimento oficial como curso superior pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). A primeira turma, com 60 professores indígenas, encerrou o primeiro bimestre na quinta-feira passada (28), último recesso escolar. As aulas teóricas do curso serão ministradas nas férias escolares, janeiro e fevereiro, e recessos, julho e agosto. No período em que os professores cursistas estiverem em sala de aula nas aldeias, levarão trabalhos para serem apresentados em seu retorno ao campus da UFRR, em Boa Vista (RR). A duração completa do curso é de cinco anos. Os dois primeiros serão voltados para oferecer formação pedagógica específica. Nos outros três, os professores poderão optar por se especializarem em Ciências sociais, Ciências da natureza ou Comunicação e arte.

A idéia do curso partiu dos próprios índios, em meados do ano 2000, e só foi concretizada graças ao empenho da professora Maria Auxiliadora de Souza Melo, a Dora, falecida dias após a aula inaugural. Eles entraram em contato com a UFRR e com a Fundação Nacional do Índio. Dora formou o Núcleo Insirikan de Formação Superior Indígena dentro da universidade, com a participação efetiva de professores da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (Opir). "No processo de seleção haviam 360 candidatos para as 60 vagas", lamenta a consultora da Unesco na Funai, Tânia Maria Ferreira, da Coordenação Geral de Educação. As aulas estão sendo elaboradas por professores da própria UFRR, da Universidade Federal de Goiás e por profissionais da Funai. A pretensão é que a cada ano uma turma de sessenta alunos seja aberta e que mais de seiscentos professores indígenas se formem.

Leilane Alves

REUNIÃO DE DUBAI

Snow diz que Lula é exemplo para o mundo

*Para secretário do
Tesouro dos EUA,
brasileiro põe em prática
boas políticas econômicas*

FERNANDO DANTAS

Enviado especial

DUBAI - O secretário do Tesouro dos EUA, John Snow, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma exceção e um exemplo, no mundo, de liderança política que consegue pôr em prática as boas políticas econômicas. O comentário coroou a chuva de elogios que o Brasil vem recebendo na reunião do FMI e do Banco Mundial, em Dubai.

A menção à Lula, e ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, foi feita durante um discurso no qual Snow adotou um tom triunfante sobre a recuperação da economia americana, e distribuiu críticas aos seus principais parceiros no mundo, o Japão e a Europa. Snow falou em um seminário do Instituto de Finanças Internacionais, associação que reúne representantes dos maiores bancos do mundo.

Analisando os problemas econômicos do mundo, Snow disse que "não há nenhum grande mistério em relação ao que precisa ser feito, não há escassez de boas idéias econômicas, nem de pessoas capazes de fazer um bom assessoramento - a escas-

sez está na liderança política capaz de sustentar a atenção no que precisa ser feito".

Para exemplificar, Snow citou o presidente do Afeganistão, Hamid Karzai (conduzido ao poder pelos americanos). Em seguida, mencionou Lula e Palocci como "notáveis exceções, líderes políticos que realmente tomam as boas políticas e as promovem com força, usando a habilidade política".

"A economia americana está em uma recuperação sustentável; é possível que as taxas de crescimento no segundo semestre sejam de 3,5% a 4%, e alguns prevêem até mais, o que é uma boa notícia para os EUA e para a economia mundial", disse Snow, em

meio a rasgados elogios à flexibilidade e à capacidade de reação e absorção de choques dos EUA.

Aquele desempenho econômico, segundo ele, deve-se ao longo processo de desregulamentação nos EUA durante as últimas décadas, que criou características que não existem nas outras economias desenvolvidas.

Citando o crash do mercado acionário em 2000, e o atentado terrorista em 11 de setembro de 2001, Snow comentou: "Muitos me perguntam como a economia americana pode continuar a ter um desempenho tão bom, tendo enfrentado choques tão extraordinários; e a resposta só pode ser porque é um sistema que absorve choques, funda-

mentalmente flexível".

Observando que o crescimento está desacelerado no Japão e na União Européia, o Secretário disse que "os EUA emergiram como único motor real no G-7, o que é problemático".

Snow louvou a "Agenda para o Crescimento", que fez parte do comunicado da reunião de ministros das Finanças do G-7 (sete principais países desenvolvidos) em Dubai, divulgada no sábado. Ele considerou o documento inédito por fazer recomendações específicas a cada um dos países do G-7 sobre reformas estruturais que ainda estão por ser feitas, e que são obstáculos ao crescimento.

Embora até aos EUA tenha sido conferido um "dever de casa" na agenda - a limitação das indenizações judiciais -, é nítido que Snow considera a economia americana bem mais avançada nas reformas estruturais, consagradas no documento do G-7, do que a maior parte dos outros países ricos. Ele mencionou a necessidade do Japão sanear o sistema bancário, e da Alemanha flexibilizar a legislação trabalhista.

Ele também teceu elogios aos cortes de impostos do presidente George W. Bush (que, para muitos, incide desproporcionalmente sobre os pobres), especialmente a redução da tributação sobre dividendos e ganhos de capital. Na sua opinião, estas medidas aumentarão o crescimento americano no médio prazo. "O capital acionário financia as novas idéias, a inovação, as coisas que puxam o crescimento no futuro."

Sintomaticamente, em sua veemente defesa do modelo americano, Snow não citou as vulnerabilidades de médio prazo do país, que são vistas pelo FMI como as principais ameaças ao crescimento mundial no médio prazo. Estas fragilidades são o excessivo endividamento



*(Lula e
Palocci são)
notáveis
exceções, líderes
que tomam as
boas políticas e
as promovem
com força*

John Snow, secretário do
Tesouro dos EUA



dos consumidores americanos; a baixa poupança privada (combinada com déficits fiscais) os preços inflacionados do mercado imobiliário do país; e o enorme déficit em conta corrente e a consequente ampliação da dívida externa, financiados maciçamente pelos excedentes financeiros do leste da Ásia.

O assunto só foi tangenciado quando Snow comentou que em recente encontro com as autoridades chinesas, teria havido um consenso em torno da necessidade de a China caminhar para flexibilizar seu regime de câmbio (que hoje é fixo). O governo americano quer que a China deixe seu câmbio se valorizar, o que teoricamente diminuiria o grande superávit comercial do país.

Diplomático, Snow disse concordar com os chineses que é preciso uma preparação para flexibilizar o câmbio, especial-

mente para eliminar vulnerabilidades do sistema financeiro chinês. Segundo ele, os chineses reconhecem que é desejável a flexibilização cambial, e "o principal risco, a longo prazo, é o fracasso em se chegar lá".

Quanto ao fiasco da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, o secretário do Tesouro garantiu que os EUA continuam empenhados em levar adiante a rodada Doha de liberalização comercial. Para ele, o fato de que o impasse final não tenha se dado com a agricultura (que ele reconheceu como o problema principal atualmente), e sim com outras questões, é encorajador. "Estas outras coisas podem ser resolvidas", afirmou ele, o que pareceu sinalizar que os EUA vêem a estrada desimpedida para a retomada das negociações sobre agricultura.

FMI: senadores só aceitam acordo sob condição

Pesquisa na CAE do Senado revela que 22 parlamentares exigem que Fundo libere investimentos para país crescer

Valderez Caetano

• BRASÍLIA. Os parlamentares avisam ao governo que vão ter uma participação ativa nas discussões sobre um possível novo acordo do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Se depender dos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), à qual os acordos internacionais são submetidos, o governo só pegará um novo empréstimo com o Fundo se a instituição tirar do cálculo do superávit primário (receitas menos despesas, excluindo gastos com juros) os investimentos das empresas públicas e der prioridade ao crescimento da economia. O GLOBO ouviu 23 dos 27 senadores da CAE — 85% dos seus integrantes — e só um, Geraldo Mesquita Junior (PSB-AC), disse ser contra o acordo e a favor de uma auditoria na dívida por considerar que o Brasil já pagou mais do que devia aos credores externos.

Todos os outros senadores ouvidos são a favor do acordo, desde que sejam alteradas as regras de investimentos. Na última sexta-feira, o diretor-gerente do FMI, Horst Köhler, disse que a instituição está pronta para discutir a inclusão de metas sociais e de flexibilização de gastos em infra-estrutura.

Entre os senadores do PT, o sentimento em relação à renovação do acordo é o mesmo: se não houver mudanças nas regras é melhor não renová-lo.

— O FMI tem que recuar dessa posição de impedir investimentos de instituições como BNDES, Caixa, Banco do Brasil e Eletrobrás. Se não for considerada essa possibilidade, o governo não vai aceitar acordo — disse o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Suplicy pede explicações de Palocci e Meirelles

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), é taxativo: se não for nesta direção, não haverá acordo. Ele sugeriu que o governo opte por linhas de financiamentos mais flexíveis, sem cláusulas que engessem investimentos.

— É fundamental aprofundar essa discussão do conceito de investimento e a desigualdade de critério que o Fundo adota para países em desenvolvimento. As exigências para a União Européia, por exemplo,

são diferentes das feitas para o Brasil — disse Mercadante.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é o autor do requerimento, aprovado por unanimidade na CAE, pedindo a presença no Senado do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para discutir um eventual acordo.

— A CAE deve interagir a cada passo com o Executivo. É preciso debater e tornar transparentes as propostas do governo para o FMI — disse Suplicy.

Os demais senadores do PT, como Ana Júlia Carepa (PT-PA), Delcídio Amaral (PT-MS), Fernando Bezerra (PTB-RN), Serys Slhessarenko (PT-MS), Ideli Salvatti (PT-SC), apóiam a decisão do governo, se a solução se encaminhar para um novo acordo, ressaltando que a questão deve ser discutida com transparência na CAE.

Tourinho, do PFL: país não pode sofrer constrangimento

Os parlamentares do PMDB, partido da base do governo, são favoráveis ao acordo porque o consideram uma espécie de guarda-chuva caso ocorram

problemas externos e internos na economia. O presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que o país está em melhores condições que a Argentina para fazer um bom acordo. Já o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defende que o novo acordo reduza o superávit fiscal (hoje em 4,25% do PIB) e permita investimentos públicos:

— O país quer que o FMI reconheça que as metas econômicas foram atingidas.

Mesmo integrantes de partidos de oposição, como PFL e PSDB, consideram prudente um novo acordo. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) acha que o Brasil não deve romper com o Fundo. E o ex-ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho (PFL-BA) reconhece que o suporte do Fundo é importante:

— Mas o Brasil não pode passar por esse constrangimento de não poder aplicar no social e fazer investimentos.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, defendeu um entendimento intermediário com o FMI, sem muitas amarras:

— O ideal é que o país dissesse: não preciso mais de babá. Quando o FMI socorre passa ao mundo a impressão de que sem babá as coisas degradingarão. ■

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos por até vinte minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o início deste ano legislativo, ocupei a tribuna por várias vezes, muitas delas para levar ao conhecimento da população não apenas do Estado do Tocantins, mas da opinião pública nacional, a minha posição sobre as reformas propostas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Veio Sua Excelência à Casa, quando da posse das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e Deputados Federais e quando da entrega da Mensagem Presidencial, em que tivemos também a presença do Sr. Presidente da República, fatos comemorados por mim e por diversos outros Srs. Senadores e Deputados Federais naquela Casa, a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, deixei claro que, obviamente, iria discutir e debater as matérias relativas às reformas previdenciária e tributária, mas que não iria adotar uma posição partidária que me levasse a ser um Parlamentar de Oposição às reformas, principalmente, Sr. Presidente, porque essas reformas são algo por que já espera a sociedade brasileira há muito tempo.

Essas reformas foram profundamente debatidas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Não quero discutir se não foram implementadas e tampouco atribuir culpa a qualquer Partido. Mas, disse eu que não seria aqui um agente da discórdia, para cobrar coerência daqueles que estavam chegando no poder. E não seria um papel difícil, Sr. Presidente, ter à mão os discursos pronunciados durante a campanha, recortar frases de jornal e obter documentos assinados.

Eu disse – e tranqüilizei os meus eleitores bem como os Srs. Senadores que chegavam e aos que já integravam esta Casa – que eu não iria ocupar um tempo que considero tão importante para me divertir com incoerências de discursos realizados no passado, com os discursos sobre as necessidades daqueles que agora são Governo. Cheguei até a relembrar que o próprio Presidente da República de então, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, chegou a di-

zer “esqueçam aquilo que escrevi como sociólogo, porque agora sou o Presidente da República e tenho de dar cabo das inúmeras dificuldades que chegam até a Mesa de um Presidente da República”.

Sr. Presidente, isso é claro. Portanto, quero dizer de forma límpida e transparente que, antes mesmo de as reformas chegarem a esta Casa, venho permanentemente discutindo as questões que considero mais importantes, como a integração nacional, a distribuição da nossa população no território nacional, a importância do Tocantins, a importância de determinadas obras, que não são de interesse apenas do Tocantins, mas de interesse nacional.

Sr. Presidente, nessa mesma linha, quero poder discutir um artigo assinado pelo importante jornalista Josias de Souza, publicado na **Folha de S.Paulo**. E mais, Sr. Presidente, quero dizer que não raro encontro artigos que se referem à tratativa das Bancadas acerca de liberação de recursos orçamentários, do papel dos parlamentares, daquilo que se denomina barganha. Não raro encontro matérias desse tipo sem que se tenha dado ao parlamentar o direito de uma resposta, sem que o jornalista tenha feito aquilo o que para mim é o exercício elementar de no mínimo ouvir a parte envolvida no processo.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de antemão quero dizer que o respeitado jornalista Josias de Souza teve o cuidado de telefonar-me, de indagar-me sobre diversas questões com relação aos recursos orçamentários de Tocantins, de consultar-me sobre a reunião ocorrida entre a Bancada do Tocantins e o Ministro José Dirceu. Tudo isso ocorreu. Efetivamente, o jornalista exercitou o papel da imprensa de criticar, fazer reflexões, e questionar o papel do Governo e sua relação com o Congresso Nacional.

Ao dar o depoimento de que fui por ele procurado – assim como outros Parlamentares –, quero dizer que discordo de muitas das colocações feitas na matéria, embora, durante o telefonema, eu tenha acompanhado a linha de raciocínio pela qual enveredava o jornalista.

Com o título “Professor Lula dá aulas de arcaísmo ao País”, inicia a matéria o grande articulista do jornal **Folha de S.Paulo**:

A política, como se sabe, é a mais antiga das profissões. Natural, portanto, que, guindado ao Planalto, o ex-PT tenha abandonado rapidamente todas as suscetibilidades do PT – um partido fisiológico que ainda

não havia sido apresentado aos apetites e prazeres do poder.

Ora, Sr. Presidente, eminentemente, essa é uma frase crítica, uma postura crítica, como se fossem todos os Partidos fisiológicos, tendo chegado ou não ao poder. Respeito a opinião do articulista, mas dela discordo.

Continua o texto:

No seu esforço para salvar o país, Lula convive com políticos de sólidas convicções. São a favor de tudo e visceralmente contra qualquer coisa. Desde que ganhem algo em troca.

A seguir, o jornalista Josias de Souza dá conhecimento e cita como exemplo uma reunião ocorrida no dia três de setembro entre a totalidade dos integrantes da Bancada do Estado do Tocantins e o Ministro José Dirceu.

Diz ele:

Principal negociador da ex-virtude, Dirceu utiliza os instrumentos que encontrou no Planalto. Maneja, com rara "maturidade", cargos e verbas. Aqui se relatará uma lição que envolve o manuseio das verbas. Entre os dias 7 e 11 de agosto, a bancada parlamentar do Estado de Tocantins, dona de 11 votos no Congresso, amealhou em Brasília liberações orçamentárias que somam R\$39,4 milhões.

Sr. Presidente, coloco-me no lugar de um dos milhares de leitores da **Folha de S.Paulo** e imagino o que se pode depreender de uma frase como esta: que a Bancada, dona de 11 votos – é verdade, Sr. Presidente, somos oito Parlamentares eleitos. Dos oito Deputados Federais, um é do PMDB, que se elegeu junto com a nossa Bancada, no nosso palanque, e sete pertencem a diversos Partidos. Nós, três Senadores, que vamos juntos às audiências não só para exigir – que poderia ser um bom termo, apropriado a essa questão –, mas também para cuidar daquilo que consideramos interesse do Tocantins: da Lei Orçamentária, da execução orçamentária e dos projetos previstos, inclusive, na própria Constituição, para o desenvolvimento do Tocantins.

Fiz questão, Sr. Presidente, em primeiro lugar, de colocar para o jornalista Josias de Souza qual era o perfil de Tocantins, que, criado antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, era um dos Estados, antes mesmo da implantação da Lei Camata, já se comportou como determinam as leis.

No tocante ao Executivo do Estado do Tocantins, a folha de pagamento chega a aproximadamente 30% e, somando-se os outros Poderes, chegamos a 40%. No entanto, não foi necessária a Lei Camata para que o Tocantins tivesse responsabilidade. Diga-se de passagem, diferentemente dos Estados que foram territórios, no Tocantins, não há sequer um funcionário pago pelo Governo Federal.

Portanto, que papel deve ter uma Bancada de um Estado em relação aos interesses de seu Estado nesta Casa? Será que tudo isso é fisiologismo?

Na tarde da votação da reforma tributária – é preciso que se faça justiça –, vários Governadores estavam ao lado do Presidente da Câmara dos Deputados "esticando a corda" – como foi usado pela própria imprensa –, incluindo parte do Rio de Janeiro no que poderia ser do Nordeste; outros brigavam por fundos, por 1% a mais aqui e ali. E não vou, Sr. Presidente, condenar os Governadores que lá estiveram na mesa das negociações, que envolveram o digno Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, e também o Relator da reforma tributária, Deputado Virgílio Guimarães.

Sr. Presidente, quero, juntamente com meus Pares, refletir sobre o que será melhor para o País. É do conhecimento de todos que, exatamente no dia em que a Câmara votaria, em primeiro turno, a reforma tributária, as negociações se estenderam por toda noite; que foram feitas mudanças no texto a cada vez que uma comitiva de Estado entrava. Sr. Presidente, tive um sentimento de que o melhor para o País, o melhor para o Tocantins, o papel da Bancada do Tocantins, ao invés de entrar numa luta fratricida, numa luta em que não se está discutindo o pacto federativo, uma melhor distribuição de receitas, a possibilidade do aumento da carga tributária – imaginei, junto com o Governador Marcelo Miranda, com os três Senadores, meu Colega Leomar Quintanilha, meu Colega João Ribeiro, e com os nossos oito Deputados –, que seria mais fácil acontecer o que acabou acontecendo e poderá vir a acontecer, Sr. Presidente. As reformas da Previdência, por menores que sejam os avanços, ocorrerão. Já não se pode dizer o mesmo da reforma tributária. Da forma como está proposta a reforma tributária, como foi negociada na Câmara – não estamos aqui fazendo um julgamento dos Srs. Deputados –, já é voz comum, ouve-se nos corredores desta Casa que, se dermos a CPMF para o Governo Federal e aprovarmos a Desvinculação das Receitas da União – DRU, estaremos aprovando a parte emergencial da reforma, de que precisa o Go-

verno Federal. O resto, talvez seja muito melhor para o País discutirmos com tempo, com calma.

Acompanhei, na **Folha de S.Paulo** e em outros jornais, matéria sobre o que estão fazendo os Estados, de última hora, nessa guerra, para atrair as empresas, ou seja, a renúncia fiscal. O que dará o Estado para atrair uma empresa para o seu território?

Com relação a esse assunto, o Tocantins tem dado uma grande aula. Estamos fazendo estradas; todos os nossos Municípios estão com energia elétrica permanente; construímos uma usina hidrelétrica em três anos e três meses, a primeira no País a ser construída em menor tempo do gasto com usinas hidrelétricas – como Xingó, 19 anos; Porto Primavera, 20 anos. Quantas paralisações! Qual o custo dessas obras? Eu diria que a Usina Luís Eduardo Magalhães e a Usina do Lajeado tiveram, seguramente, o mais baixo custo na sua construção. E lá não existe centavo público, Sr. Presidente.

Então, dentro dessa filosofia, como é que o Tocantins está brigando, está entrando na guerra fiscal? Além de nossa posição estratégica, por sermos o Estado que mais divisas tem com os demais Estados brasileiros, uma posição de portal da Amazônia e de mercado próximo a esse grande mercado consumidor, que é o Nordeste? O Tocantins tem, no cerrado, a grande possibilidade da produção. Então, não estamos nessa guerra fiscal fazendo renúncia fiscal para atrair empresas. Estamos, sim, construindo infra-estrutura – fazendo asfalto, colocando energia elétrica em todos os Municípios, oferecendo uma boa distribuição de programas sociais –, de sorte que a capital não tenha que ser a única cidade habitável do Tocantins. Além disso, estamos crescendo numa taxa três vezes superior à dos demais Estados brasileiros.

Então, Sr. Presidente, antes de começar a conceder os apartes, que considero importantes para o meu pronunciamento, quero dizer: Sr. Presidente, o Ministro José Dirceu estava no Palácio do Planalto e não convocou a Bancada do Tocantins. Nós é que, ao invés de decidir ir participar daquilo que, no meu entendimento, não é o melhor para o País – uma negociação de última hora, na Mesa da Câmara dos Deputados, para a reforma tributária –, fomos, sim, ter um entendimento transparente, que considero do mais alto nível, às três horas da tarde. E aí quero agradecer, inclusive, ao jornalista Josias de Souza, que colocou em uma declaração minha a palavra “barganha”, porque eu lhe disse ao telefone: olha, meu caro Josias, se a isso for atribuído o título de barganha, pode colocar na minha boca. Palavras minhas, feitas às claras. Queremos cobrar atenção para o nosso Tocantins.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, esclareço que a opção foi nossa porque solicitamos a audiência com o Sr. Ministro José Dirceu. Em segundo lugar, ainda no mês de maio, o jornalista Josias de Souza trata de liberações da dívida da União para com o Tocantins, um processo longo que está na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e que preconizava programas de desenvolvimento.

Nós, meu caro Senador Antonio Carlos Valadares, fizemos a opção de não querer um só funcionário pago pela União, diferente do que ocorreu com os Territórios Federais que viraram Estados. Hoje, lamentavelmente, vemos o Estado de Roraima – cito apenas como exemplo – com uma folha que é paga pela União, com a possibilidade de inchaço de funcionários que não sei se são ou não fantasmas. O Tocantins fez a opção por um programa de desenvolvimento e por não ter folha paga pela União; não pesamos para a União. O Tocantins não recebe apoio e, por isso, conseguimos manter a nossa folha no patamar dos 40%.

Sr. Presidente, quero dizer que no dia 30 de maio, o Secretário de Planejamento do Estado do Tocantins, Lívio William de Carvalho, recebeu uma correspondência assinada pela Dr^a Gildenora Batista Dantas Milhomem, Secretária de Planejamento, Orçamento e Administração nos dando um cronograma de liberação, em que citava, mês a mês, a execução da dívida que o Estado do Tocantins tem em função de programas de desenvolvimento divididos entre estradas, irrigação e infra-estrutura. E cita a dotação orçamentária, o limite para empenho, o limite para pagamento e o cronograma mensal.

Está aqui, Sr. Presidente: até agosto, R\$52.649.000,00. Isso em maio, quando nem esta Casa nem a Câmara dos Deputados estavam votando. Estavam discutindo sim, pois estamos discutindo as reformas. E aqui constato que o jornalista Josias de Souza, em sua matéria, colocou que o Tocantins amealhou, entre 7 e 11 de agosto, R\$39,4 milhões. Apenas para que se tenha uma idéia, tal quantia se refere exatamente a programas de desenvolvimento – matéria constitucional e prevista no Orçamento –, em função de um convênio assinado no ano de 2000 e – diz o jornalista Josias de Souza – firmado ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e que boa parte do dinheiro encontrava-se detida em Brasília desde o final de 2002.

Sr. Presidente, todos os anos, após firmar o convênio e haver reconhecido a dívida, as liberações são feitas normalmente. Mas há um documento firmado

pela Dr^a Gildenora Batista Dantas Milhomem, que registrou a programação para Tocantins em um cronograma enviado ao Secretário de Planejamento, datado de 30 de maio. Receio que os leitores do jornal **Folha de S. Paulo** estejam imaginando que o Tocantins amealhou ou recebeu verbas de última hora, em vésperas de votação, que não eram verbas constitucionais. Aliás, no período entre 7 e 11 de agosto, segundo o cronograma, muito antes disso, e durante esse prazo, à medida que as audiências iam ocorrendo – a nossa Bancada sempre esteve unida – com o Ministro dos Transportes e com o Ministro do Planejamento.

Quero especificamente me referir a esse encontro com o Ministro José Dirceu em que fomos discutir sim. O Tocantins pleiteia – a meu ver, de forma cristalina, límpida, clara e justa – a continuidade das obras da Usina do Lajeado.

Sr. Presidente, quantas vezes vamos encontrar nas notas taquigráficas e nos Anais da Casa meus discursos sobre a eclusa na Usina do Lajeado? A usina já está pronta. Quantas vezes já fiz discursos sobre isso, aparteado por V. Ex^{as}? Agora, para o exercício de 2004, o Governo Federal não enviou nenhuma previsão orçamentária para a usina. E fomos lá, entre outras coisas, para discutir essa questão, que não é só do Tocantins. São 730 quilômetros de navegação que vão permitir a Bahia, o Mato Grosso, o Tocantins e o Piauí transportarem nossa soja via ferrovia Norte-Sul, que já está bem abaixo de Imperatriz. E vamos usar duas modais diferentes do transporte feito pela rodovia Belém–Brasília.

Como bem destaca o articulista Josias de Souza: “Não temos nenhum cargo para indicar, queremos cobrar atenção para o Tocantins”. Está entre aspas, foi dito pela minha boca.

E quero aqui repetir, Sr. Presidente: fomos a todos os Ministros. E não temos a coincidência. Basta confirmar com qualquer pessoa que tenha conhecimento.

Vamos nos referir a uma liberação, um convênio assinado antes da nossa ida ao Ministro José Dirceu sobre o projeto de barramento do rio Manoel Alves, na cidade de Dianópolis. Ora, Sr. Presidente, palavras do Ministro Ciro Gomes, que esteve na obra: “O Brasil é viável”. O rio Manoel Alves não é, nem de longe, um dos mais importantes rios do Tocantins. É um rio importante, mas não se pode compará-lo ao rio Araguaia, ao rio Tocantins e a outros afluentes seus. Mas o simples barramento do Manoel Alves está nos permitindo um grande projeto de fruticultura entre os Municípios de Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins, que é extraordinariamente uma visão; a visão da obra

trouxe muita emoção, ficamos arrepiados quando chegamos perto daquilo, ficamos impressionados com o curso da obra. O Ministro Ciro Gomes disse que, verdadeiramente, este País é por demais grande e viável, basta que se façam projetos como esse.

Esse projeto, Sr. Presidente, tem emenda orçamentária assinada pela Bancada do Tocantins, ou seja, é uma obra em andamento – acho que já estamos no terceiro ano da obra –, é uma obra que se concluirá até o final do ano. Será um dos maiores projetos de irrigação deste País. E é uma obra barata. Temos que dar continuidade. O Ministro Ciro Gomes fez questão de visitar a obra ao assinar o convênio para liberação.

Ora, também não tenho conhecimento se o Ministro está sabendo em que dia será votada a reforma tributária. Nem nós poderíamos adivinhar qual seria o dia, nem os técnicos. Quando se assina um convênio, Sr. Presidente, quais são todos os meandros a serem vencidos? A documentação, a constatação, o Tribunal de Contas da União. Portanto, quero dizer de forma muito clara que em momento algum fomos convocados pelo Ministro José Dirceu, que buscava ali ameaçar votos para a reforma tributária. Não, Sr. Presidente! Nós já havíamos declarado, eu já havia declarado e quero ver. As reformas serão votadas aqui nesta Casa. Quantas vezes terei de ler nos jornais que mudarei de partido, que ocorrerão barganhas, que o Tocantins solicitará liberação de verbas na véspera ou após a votação para cobrar a fatura?

Tenho deixado isso claro, e já recebi apartes de Senadores inclusive do PT. Um desses apartes – recorde-me aqui – deixou-me muito honrado: o do Senador Pedro Simon. Eu estava, naquele dia, na tribuna do lado de lá, Senador Pedro Simon, e V. Ex^a, nesta cadeira que habitualmente ocupa – recorde-me bem – e V. Ex^a disse: “Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a faz um pronunciamento importante, e o faz porque é do PSDB e já de antemão anuncia que não estará aqui cobrando coerência ou incoerência daqueles que discursavam de um jeito ou de outro, mas se posiciona a favor da reforma”. Será que estou em condições de propor barganha a um Governo que não integro, que não apoiei? Não, Sr. Presidente, porque temos a lei orçamentária.

O que eu disse ao jornalista Josias de Souza, e ficaria feliz se isso ocorresse, é que o Orçamento fosse talvez impositivo e que não tivéssemos que nos preocupar com aquilo que já está na lei orçamentária. No meu entendimento, o papel mais importante do Congresso, quando se reúne, é a realização do Orça-

mento. Eu não sei que importância, entre as demais atribuições hoje, está tendo o Orçamento da União.

Sr. Presidente, existe um processo de negociação. Não vim aqui para dizer que o governo tal agiu assim e que este Governo não. Quero apenas defender o que é melhor para o País naquela noite? Era retalar uma retalhada reforma, em que ninguém sabe se haverá ou não aumento de carga tributária? Não seria melhor para o País discutirmos a infra-estrutura do Brasil, os projetos estruturantes deste País de forma clara, límpida e cristalina, Sr. Presidente, reivindicando aquilo que julgamos ser direito? Será que, se conseguirmos construir neste País um grande sistema de integração de bacias, de perenização de rios, de construção de açudes, de barragens, até mesmo utilizando as águas do Tocantins, terá sido fruto da barganha?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Desculpe-me meu caro Presidente, Senador Heráclito Fortes, uma vez que sou eu o principal responsável pelo uso dessa campanha, pelo cumprimento do Regimento e pela manutenção do tempo dos oradores, mas desejo fazer alguma coisa a mais nesta tarde. Não quero outra coisa senão dizer: estou discutindo aqui a legitimidade do exercício da atividade parlamentar. Tenho a impressão de que o fizemos de forma maior, à luz do dia, discutindo a lei orçamentária e a execução dela.

Tínhamos um documento prévio, assinado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e constato, finalmente, para encerrar, Sr. Presidente, que um acompanhamento dá a última palavra sobre o que é o nosso papel reivindicante nesta Casa. A liberação de recursos para o Tocantins para este exercício apresenta o menor índice de toda a sua história, tendo-se liberado, até o momento, 29,9% do total previsto, qual seja, R\$70 milhões do total de R\$236 milhões.

Sr. Presidente, se é dessa forma, que se preparem os leitores da **Folha de S. Paulo**, de **O Estado de S. Paulo**, de **O Globo**, do **Correio Braziliense**, do **Jornal do Brasil**, porque virei a esta tribuna, mas, por favor, registrem antecipadamente: sou a favor de reformas, aliás, não me considerem nem de Esquerda nem de Direita; sou um reformador.

Acredito que o Tocantins significou uma grande reforma para o País, precisamos de outras reformas. Precisamos, Sr. Presidente, de construir a infra-estrutura do País em vez de fazer a renúncia fiscal, em vez de promover a disputa de empresas, como vem acon-

tecendo. Precisamos de uma reforma tributária justa, mas efetivamente precisamos de melhor ocupação do território nacional, e o Tocantins é uma opção.

Estaremos, sim, os oito Deputados e os três Senadores juntos. Não me sentirei, em nenhum momento, barganhando ou sendo fisiológico. Estarei lutando pelo Estado que represento e, conseqüentemente, por um Brasil mais justo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra, por permuta com o Senador João Capiberibe, à Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex.^a dispõe de até vinte minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores que estão nesta segunda-feira acompanhando a sessão do Senado, nesse final de semana tive a oportunidade de conviver durante um bom período com o Deputado Virgílio Guimarães, que, muito gentilmente, nos brindou com um dia de visita em Santa Catarina, onde realizamos várias atividades perante setores empresariais e comunitários de diversas cidades e também fizemos contatos com a imprensa.

Pudemos nesse convívio ter uma noção mais clara, mais detalhada do que consta da reforma tributária aprovada em segundo turno na Câmara. Com certeza, como tenho tido a oportunidade de registrar aqui da tribuna, ela irá tomar conta dos corações e das mentes das Senadoras e Senadores porque, indiscutivelmente, o debate sobre a reforma tributária é apaixonante, já que inclui inúmeros interesses contraditórios por si mesmos e divergências a respeito da concepção de cada Senador, cada Senadora sobre o sistema tributário brasileiro e o que precisa ser aperfeiçoado.

Queria deixar de público o nosso agradecimento ao Deputado Virgílio Guimarães, uma das pessoas que teve nesse último período uma das tarefas mais difíceis, qual seja a de relatar a reforma tributária na Câmara. Ele ainda nos brindou com uma boa parte do seu tempo nesse final de semana, promovendo esse debate em nosso Estado.

Venho à tribuna hoje para registrar a entrada na Casa amanhã de um projeto de lei razoavelmente simples, singelo até, mas que, para aqueles cujos familiares vivem fora do Brasil, tem importância significativa.

Há no Estado de Santa Catarina um município onde existe um percentual elevadíssimo de famílias que têm parentes vivendo fora do Brasil. E essa não é

uma situação exclusiva de Santa Catarina, pois ocorre também no Paraná, em Minas Gerais, ou seja, é crescente o número de brasileiros que nas últimas três décadas saíram do Brasil para tentar a sorte fora do nosso País, para trabalhar, para estudar, para encontrar uma alternativa. Esse fluxo crescente começou na década de oitenta, teve seu pico na metade da década passada e ainda é extraordinário, significativo.

O projeto que apresentaremos tem o objetivo de ampliar a cidadania desses brasileiros que vivem no exterior. Eu queria aqui argumentar a necessidade de tal ampliação da cidadania com um material que me foi preparado pela professora Gláucia de Oliveira Assis, professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, que em sua tese de doutorado tratou exatamente da situação dos brasileiros que vivem fora do Brasil.

Lerei os principais trechos do texto que S. S.^a preparou, que é bastante elucidativo.

A emigração de brasileiros para o exterior é um fenômeno que, desde meados da década de 80, no final do século XX, inseriu o Brasil nos novos fluxos internacionais de mão-de-obra. Esse novo movimento da população brasileira, que se iniciou com um movimento esporádico nos anos 70, foi-se constituindo num fluxo demograficamente significativo. Segundo levantamento realizado pelo Ministério das Relações Exteriores junto aos órgãos consulares, a estimativa é de 1,5 milhão de brasileiros que vivem no exterior, que se dirigem para três países em sua maioria: 598.526 nos Estados Unidos, portanto, 38,36%; 460.846 no Paraguai, 29,54%; e 201.139 (12,89%) para o Japão.

Ao longo desses anos, os brasileiros residentes no exterior foram construindo múltiplas relações econômicas, culturais e familiares, que sugerem que esses migrantes, mesmo ausentes no exterior, continuam em contato com suas cidades de origem. Esse contato se traduz em investimentos nas cidades de origem que movimentam o comércio local, notadamente a construção civil, e também fazem surgir microempresas movimentadas pelos dólares que os familiares recebem. Tais investimentos têm movi-

mentado a vida de cidades que se tornaram ponto de partida de emigração, como Governador Valadares, em Minas Gerais, Criciúma, em Santa Catarina ou Maringá, no Paraná, cidades que, ao longo das últimas décadas, construíram múltiplas relações entre a sua cidade de origem e a de destino. Esses investimentos demonstram que os migrantes têm projeto de retornar ao País e que se mantêm em contato com ele. Somadas as remessas enviadas para manter os familiares que permaneceram no País, os investimentos representaram, em 2002, a entrada de US\$2.6 bilhões no País.

Aliás, a **Folha de S. Paulo**, no dia 18 de agosto, trouxe exatamente uma reportagem falando dessa remessa de dólares de brasileiros que vivem no exterior para o Brasil. Só para dar a dimensão, só dois produtos brasileiros de exportação superaram a entrada de dólares dos remetidos pelos brasileiros vivendo no exterior. Apenas as exportações de minério de ferro, da ordem de US\$3,049 bilhões, e de soja, da ordem de US\$3,031 bilhões, superaram o valor das remessas de dólares das pessoas que vivem fora do Brasil. Portanto, as vendas de aviões da Embraer, por exemplo, tão propaladas, já resultam em remessas de dólares inferiores à dos brasileiros que vivem no exterior, que foram da ordem de US\$2,335 bilhões no ano passado. Portanto, menor do que os US\$2,6 bilhões que os brasileiros vivendo no exterior mandaram para o Brasil.

A importância das remessas e os laços que os migrantes mantêm com o Brasil apontam para a necessidade de que se reconheçam esses migrantes não como migrantes temporários ou permanentes, mas como transmigrantes. Os emigrantes passam a ser chamados de transmigrantes, quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que ampliam as fronteiras, colocando em inter-relação o global e o local.

O enfoque transnacional enfatiza a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais e políticas.

Com relação a isso, cabe destacar que países como Portugal e Itália, interessados em ampliar a cidadania para além dos limites de seus territórios,

pois têm longa tradição de emigração, concederam direitos políticos a seus cidadãos residentes no exterior, bem como aos seus descendentes. Dessa forma, não apenas os migrantes são considerados transmigrantes, mas os Estados ampliam as suas fronteiras políticas.

No caso do Brasil, à medida que o fluxo de brasileiros para o exterior se consolida e os contatos com o Brasil criam esse campo de relações transnacionais, coloca-se a questão de ampliar a participação política dos emigrantes, pois o caráter transnacional da migração passa pelo campo político. Nesse sentido, embora o movimento migratório seja demograficamente significativo e tenha um impacto econômico e social nas cidades de origem dos fluxos, os brasileiros residentes no exterior foram, até meados da década de 90, invisíveis para o Parlamento. Há poucas políticas públicas voltadas para atender a essa população. Mesmo nas cidades citadas até recentemente não havia, por parte do Poder Público, ações voltadas para atender a esses emigrantes.

A visibilidade da emigração se deu a partir das denúncias de discriminação veiculadas pela mídia: dentistas impedidos de exercer sua profissão em Portugal; dekassegus explorados no Japão; a juventude de Governador Valadares, de Minas Gerais, arriscando-se a cruzar a fronteira com os Estados Unidos.

Uma evidência da pouca representatividade dessa questão foi demonstrada por Sprandel, em 2001, ao apresentar a listagem dos projetos que tramitavam no Congresso Nacional em 2000 sobre brasileiros no exterior. Segundo Sprandel, a escassez e pouca abrangência dos mesmos demonstram que o acesso de diversos segmentos de brasileiros no exterior ao campo político ainda é incipiente. Sprandel destacou, ainda, que a ampliação do direito ao voto poderia aumentar o poder político dos imigrantes legais, como é o caso dos dekassegus. No entanto, gostaria de destacar que os imigrantes que residem no exterior, uma vez que se cadastram nos consulados, votam independente do **status** migratório. Assim, sendo grande parte dos emigrantes brasileiros indocumentados, ou seja, que não têm documento, que não estão legalizados no País, terão a ampliação do direito ao voto. Essa seria uma maneira de aumentar o poder político desses imigrantes que teriam, por meio do voto, uma forma de pressão para a defesa dos direitos dos brasileiros residentes no exterior.

Portanto, a ampliação do direito ao voto dos imigrantes brasileiros, para o Governo e o Senado, pode contribuir para que se mantenham laços mais efetivos com o Brasil, uma vez que os imigrantes brasileiros poderão participar das decisões e se organizar para ampliar a sua representatividade no campo político brasileiro.

Aliás, este assunto – brasileiros que vivem no exterior – foi tão relevante que, nesta última campanha presidencial, a coordenação de campanha do Lula teve o cuidado de encaminhar uma carta aos brasileiros que vivem longe de casa, apresentando os compromissos de campanha para com eles. De Santa Catarina, o nosso Prefeito de Criciúma, Décio Góes, foi a Boston, onde se concentra a maior parte dos brasileiros de Criciúma. Décio Góes, que é do Partido dos Trabalhadores, teve a sensibilidade política e a delicadeza de, antes da eleição, ir a Boston para debater com os brasileiros, de forma muito especial com os que são de origem da cidade de Criciúma – eles são um número significativo – a questão política fundamental, que foi a eleição para Presidente da República do ano passado.

Desde 1965, de acordo com o art. 225 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, os brasileiros residentes no exterior podem votar para Presidente e Vice-Presidente da República. O que se pretende com o presente projeto de lei é ampliar o direito do voto do cidadão residente no exterior para as eleições de Governador e Senador. Ou seja, para a decisão de quem irá governar o Estado de onde ele é originário, de onde ele nasceu, reside ou tem os seus familiares para os quais ele contribui de forma tão significativa. Os dados indicam que esse é o terceiro fator de remessa de dólares para o nosso País, ganhando de muitos produtos de exportação.

Pretendemos ampliar esse direito de voto para possibilitar maior participação política desses cidadãos que residem no exterior, mas permanecem conectados com o Brasil, com os seus investimentos, sua visitas constantes e, pelo voto, com a sua participação política, exercer a sua cidadania de maneira mais efetiva.

Estaremos amanhã apresentando esse projeto que, como eu disse, é singelo, mas é um projeto que tende a atender 1,5 milhão de brasileiros que residem no exterior. Pelo simples fato de eles terem essa ampliação do direito com o seu registro no Consulado, na

Embaixada, sendo localizados e vinculados às instituições brasileiras no exterior, poderão também, dessa forma, ter atendimento e a verificação das suas condições de vida e trabalho nesses países.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do Senador Valdir Raupp, que é catarinense. Aliás, nenhum dos três que representam o Estado de Santa Catarina é catarinense – sou paulistana, o Senador Leonel Pavan é gaúcho e o Senador Jorge Bornhausen, carioca -, mas temos vários Senadores catarinenses, como é o caso de V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, que é nascido em Santa Catarina.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Isto é o Brasil, Senadora Ideli Salvatti, de dimensões continentais, em que há uma migração muito forte. Há 28 anos, estou em Rondônia, que me adotou como filho. Amo muito minha terra, Rondônia, mas também amo Santa Catarina, que é minha terra natal. Ouvi atentamente seu pronunciamento e parabênizo V. Ex^a pelo brilhante discurso sobre esse tema, que é latente e muito atual e que está sendo discutido em todo o País. Mesmo em Rondônia, um Estado jovem e com apenas um milhão e meio de habitantes, existe o problema da emigração de rondonienses, principalmente para os Estados Unidos e o Japão. Recentemente, fiz um pronunciamento nesta Casa, sugerindo ao Presidente Lula que tratasse com prioridade esse tema, que já fez parte da campanha eleitoral do Presidente Lula. V. Ex^a agora me dá uma boa notícia, ao dizer que apresentou um projeto de lei sobre a matéria. Tenho absoluta certeza de que esse projeto vai ser acolhido por todos os Senadores desta Casa como um tema de grande relevância. O Brasil tem sido um país amigo de todos os países. O Brasil não tem inimigos, ao contrário de outros países que têm inimigos espalhados por toda parte. O Brasil sempre acolheu muito bem aos imigrantes de outros países, como os italianos, os alemães, com suas respectivas colônias, assim como os japoneses, judeus, libaneses, americanos. Na depressão americana, em 1929, se não me falha a memória, foi criada a cidade de Americana, no Estado de São Paulo, pela imigração americana. Então, o Brasil sempre acolheu muito bem os imigrantes de todos os países. De forma que merecemos também esse tratamento lá fora. Que os nossos brasileiros possam trabalhar com dignidade tanto nos Estados Unidos quanto no Japão ou em qualquer país para onde forem. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

Além de darmos entrada em um projeto, vamos abrir o debate e trazer o assunto da situação dos brasileiros – um milhão e meio – que vivem no exterior, que têm tanta preocupação e tanta vinculação com o seu país, que acabam sendo o nosso terceiro produto de exportação. Os brasileiros que vivem no exterior têm um peso significativo na nossa balança comercial em função dessa remessa relevante. Na carta que a campanha do Lula encaminhou aos brasileiros que vivem fora de casa, há dois pontos que considero que o Senado da República poderia contribuir de forma significativa, fazendo debate na Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Assuntos Sociais. Esses brasileiros têm muita dificuldade em obter apoio junto as nossas Embaixadas e aos nossos Consulados. Esse foi exatamente um dos primeiros pontos da pauta: a criação de organismos de representação dos emigrantes junto aos Consulados e Embaixadas para definir em conjunto as ações que podem ser implementadas pelo Estado brasileiro com o intuito de assegurar o direito desses brasileiros no exterior.

O segundo ponto pretende criar instrumentos nos Ministérios de Relações Exteriores e da Justiça para coordenar o atendimento e o apoio aos imigrantes; buscar ampliar e garantir a efetivação de acordos bilaterais entre o Brasil e os países de acolhimento, com o objetivo de assegurar o atendimento das necessidades de nossos compatriotas concernentes à Seguridade Social, reconhecimento de títulos ou de equivalência na educação média e superior, atendimento no sistema de saúde etc.

Esses dois pontos estão assinalados na carta que Lula encaminhou aos brasileiros durante a campanha eleitoral. Poderíamos analisá-los na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, pois são assuntos pertinentes ao debate, já que esta Casa tem a preocupação de fazer a representação e de manter a ligação do Brasil com o exterior. Em seqüência ao projeto, poderíamos apresentar um requerimento para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal tratasse principalmente desses dois pontos referentes às condições de vida dos brasileiros que estão no exterior e que contribuem, de forma tão significativa, com o desenvolvimento do nosso País. Eu até diria que essa população que está no exterior, muitas ve-

zes marginalizada, sofrendo perseguição por não ter documentação ou por não estar legalizada nesses países, contribui mais do que muitos segmentos empresariais. Esse é um tema relevante para uma população significativa. Esse é um tema candente que preocupa muitas famílias de cidades que têm um volume maior de emigrantes, como é o caso de Governador Valadares, em Minas Gerais; Maringá, no Paraná; e Criciúma, em Santa Catarina. Quando do atentado ao **World Trade Center**, houve comoção em Criciúma, porque os familiares desses emigrantes ficaram preocupadíssimos com o fato de poder ter algum parente seu morto naquela tragédia.

De antemão, peço apoio aos colegas Senadores para que possamos aprovar o projeto.

Era o que queria registrar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Romero Jucá, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Lúcia Vânia, Valmir Amaral e Mozarildo Cavalcanti enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que propus ao Senado, inicialmente restrita a esta Casa e, em seguida, dada a compreensível receptividade da idéia, transformada em CPI mista, está prestes a se instalar. E, mesmo antes disso, já conta com o aplauso também da imprensa.

Em editorial de sua edição de hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo**, considera a CPI do campo, como a está chamando, necessária, diante do “desrespeito à ordem pública, ao patrimônio coletivo, à propriedade privada e à integridade física das pessoas – manifestado pelos contínuos esbulhos de terras produtivas”.

Leio, a seguir, o mencionado editorial para que, como parte integrante deste pronunciamento, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Esta CPI é uma unanimidade

No Brasil tem havido Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) úteis, que se tornaram um real impulso dado aos poderes públicos para a solução de crônicos proble-

mas nacionais, assim como aquelas geradas pelo interesse político-partidário de montar palanques eleitorais oposicionistas – sendo que algumas destas cumpriram seus objetivos e outras só tiveram desmascarados seus propósitos demagógicos. A CPI do Campo, prestes a ser instalada no Congresso, por iniciativa dos líderes do PSDB e do PFL – por meio de requerimento com as assinaturas de 190 deputados e 36 senadores –, com o objetivo de investigar as invasões de terras e prédios, por parte de militantes dos movimentos sociais, como o MST, bem como a atuação de milícias armadas em proteção de fazendeiros, vai encontrando uma rápida e extensa receptividade – inclusive por parte de altos escalões do próprio governo – porque se mostra de grande oportunidade.

O desrespeito à ordem pública, ao patrimônio coletivo, à propriedade privada e à integridade física das pessoas – manifestado pelos contínuos esbulhos de terras produtivas, pelas invasões de repartições públicas como as sedes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pelas depredações tanto de sedes de fazendas como de cabanas de pedágio, pelas tomadas das rodovias e impedimento do direito de ir-e-vir das pessoas, pelos saques de cargas de caminhões e de estabelecimentos comerciais, pelo puro e simples vandalismo, tanto quanto pela organização de milícias armadas capazes de multiplicar a violência e dar curso a uma verdadeira guerra no campo – chegou a um ponto tal que somente governo e oposição, juntos, o empenho dos Poderes de Estado e das três esferas de Administração (federal, estaduais e municipais) terão condições de preservar o cumprimento das leis, no meio rural brasileiro.

Disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto – cujo apoio ao MST já marcou sua gestão desde a posse, em que pese seus freqüentes recuos motivados por pitos presidenciais –, que “a presença do Congresso, por meio de uma co-

missão mista, com o objetivo de reduzir a violência, é muito positiva". E, também considerando a iniciativa da CPI do Campo bem-vinda, afirmou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: "Acredito que a investigação abrangerá todos os aspectos relacionados à tensão no campo. Só consideramos absolutamente legítima a luta pela reforma agrária quando dentro da lei e das balizas da Constituição, mas isso vale tanto para sem-terra quanto para fazendeiros".

O ministro Bastos tem toda razão quanto à necessidade de amplitude dos trabalhos dessa CPI – no que deve se incluir a atuação dos superintendentes do Incra no relacionamento com os movimentos sociais, as formas de cadastramento para efeito da reforma agrária e, decerto, o próprio sistema de reforma agrária, como um todo, considerando-se os seus resultados até agora obtidos, no que diz respeito à evolução dos assentamentos, seus níveis de produção, os ganhos efetivos – econômicos e/ou sociais – que tem propiciado e os principais entraves que tem enfrentado.

Embora tivesse resistido, inicialmente, à insistência do PSDB em investigar as invasões do MST, o governo cedeu e fez bem em ampliar os objetivos da CPI, assim o traduzindo: "Realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores, que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos." Dentro do grande consenso para a instalação da CPI, o PT destoa um pouco, pois só os senadores Eduardo Suplicy (SP) e Ana Júlia (PA) a apoiaram. Resta esperar que frutifique e leve a algum efeito prático a idéia que teve o presidente do partido, José Genoíno – depois de reunião com integrantes do MST –, de lançamento de uma campanha nacional pela paz no campo – o que, na verdade, significaria uma campanha nacional pelo cumprimento da lei e pelo respeito à ordem pública.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são por inteiro procedentes o reconhecimento e o aplauso que de todos merecem quantas empresas do País, ao lado do exercício fecundo de sua atividade precípua, garantem, de forma continuada, além da manutenção de empregos, benefícios sociais de suma importância.

Esse é o caso, decerto, da Organização Bradesco, que, em mais de seis décadas, tem tido alta participação nas iniciativas de promoção do crescimento e aperfeiçoamento da sociedade brasileira.

Instituição financeira, basicamente, ela contribui de forma continuada para a integração regional, ampliando a prestação de serviços financeiros a um número sempre crescente de brasileiros.

Banco globalizado, promove, sob o firme comando do Presidente Lázaro de Mello Brandão, do Conselho de Administração, a ampliação da presença de produtos e serviços nacionais no exterior, sobretudo mediante ações de apoio às empresas nacionais.

Isso não é tudo, porém. Anualmente, a Organização oferece contribuições de vulto para o conjunto da sociedade, com ênfase às práticas de inclusão social dos mais carentes. Tal participação, ampla e diversificada, tem como exemplo as Escolas da Fundação Bradesco, que constituem a maior rede de ensino gratuito mantida por uma empresa privada no País.

A Fundação é também responsável pelo patrocínio de exposições de arte e de espetáculos de música e dança. Mantém apoio a obras sociais de relevo, às atividades esportivas e a outras diferentes manifestações culturais, em todo o território pátrio.

Entre os seus principais investimentos sociais realizados em 2002, devemos destacar o da Educação, no montante de 123,3 milhões de reais, e o efetivado em treinamento, de 48,993 milhões de reais. Para a execução de seu admirável trabalho, a Fundação Bradesco utiliza escolas e núcleos de formação profissional básica e técnica, inclusive na área rural.

Entre outros programas, o de Informática para Deficientes Visuais, implantado em 1998, atendeu a mais de mil alunos, de 31 cidades. O de alfabetização de adultos recepcionou mais de 4.760 alunos, em 33 municípios.

Nos seus 46 anos, a Fundação Bradesco atendeu mais de 490 mil alunos, gratuitamente. Em 2002, seus assinalados investimentos somaram mais de 123 milhões de reais, quase 11 milhões de reais a mais do que os recursos aplicados no ano anterior, principalmente em assistência médica e odontológica; aquisição de mais de 370 mil peças de vestuário; e de cerca de 700 mil unidades de componentes de material didático.

Naquele exercício, foram atendidos cerca de 3.300 alunos, incluindo crianças a partir de 5 anos, matriculadas nos cursos de educação infantil. Dos ensinamentos fundamental, médio e de educação profissional técnica, participaram 45 mil alunos, entre 7 e 18 anos de idade. Em cursos de educação de jovens e adultos e de educação profissional básica, participaram 54.800 alunos.

A Fundação executa, há 5 anos, o programa de alfabetização de pais de alunos e contribui com 1 milhão de reais, anualmente, para o programa Alfabetização Solidária, que forma 10 mil alunos nesse período, atenção também assegurada à população carcerária, que utiliza 20 telessalas do sistema prisional do Estado de São Paulo, e que, submetida à avaliação periódica, recebe certificado de conclusão de curso, para a futura ocupação.

Com destacada atuação também nas áreas da Cultura e do Esporte, a Fundação Bradesco mantém políticas de recursos humanos em grau de excelência, participação permanente em programas de promoção da cidadania e das práticas de solidariedade.

Para nós, é especialmente significativo que, no ano passado, entre as muitas ações desenvolvidas pela Organização Bradesco, em apoio ao desenvolvimento social, foram concluídas as obras de construção da sua escola em Boa Vista, a Capital do Estado que aqui representamos.

Ocupando uma área de 22 mil metros quadrados, a nova unidade da Fundação Bradesco, que passa a compor a rede de outras 38 escolas, tem capacidade para o atendimento de cerca de 1.800 alunos carentes, para tanto contando com oito salas de aula, biblioteca, oficinas, laboratórios e áreas para a prática desportiva.

A escola de Boa Vista tem especial importância. Os seus alunos passam a integrar uma comunidade de 103 mil crianças, jovens e adultos que vêm de bairros pobres, como o Jardim Floresta, o União e o Caranã. No ano passado, beneficiaram-se com as aulas

ministradas pelos professores de outras escolas da rede da Fundação Bradesco.

Como se vê, a promoção de práticas que beneficiem a sociedade, possibilitando reais melhorias para as áreas onde atua, constitui, há mais de 46 anos, parte substancial da missão do Bradesco, como empresa que se não esgota em seus negócios, números e múltiplos afazeres.

Muito maior, seu compromisso estende-se à questão ambiental, ao fortalecimento dos conceitos de cidadania, ao estímulo e preservação da cultura.

Devemos acrescentar que, além do campo educacional, as ações sociais da Organização Bradesco compreendem projeto de incentivo ao esporte, direcionado a crianças de comunidades carentes. Em 2002, os núcleos dessa iniciativa promoveram o treinamento de 3.400 meninas, nas práticas de basquete e vôlei.

Com a divulgação do seu Relatório Social 2002, que ora comentamos de forma resumida, a Fundação Bradesco demonstra o fiel cumprimento da responsabilidade assumida pela empresa, e sua contínua e ascendente participação no indelével processo de inclusão social dos mais carentes da população.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

CRÍTICAS ÀS NOMEAÇÕES POLÍTICAS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna esta tarde para comentar matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** intitulada “Suplicy critica dedicação de Dirceu a nomeações políticas”, publicada em 2 de setembro do corrente ano.

O texto, que solicito seja inserido nos anais do Senado, destaca o loteamento da máquina pública promovido pelo governo Lula em favor do PT, com a indicação de políticos do partido para cargos que deveriam ser ocupados por técnicos. Aproveito a oportunidade para elogiar o Senador Suplicy pelas declarações sobre este tipo de procedimento.

O texto que passo a ler para que fique integrado este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

PARTIDO AO MEIO *Para senador, tarefa desviu ministro de coisas mais 'importantes'*

Suplicy critica dedicação de Dirceu a nomeações políticas

DA REPORTAGEM LOCAL

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o ministro José Dirceu (Casa Civil) tem "acúmulo de tarefas" em razão das análises de "nomeações por razões políticas", além de declarar que não se sente "bem em ver um governo que fica com esse tipo de procedimento".

"Acho que o Dirceu às vezes tem tido tal acúmulo de tarefas, inclusive tendo de estar analisando tantas nomeações por razões políticas, que não tem tido tempo para refletir e tomar decisões sobre assuntos de maior relevância", disse Suplicy.

O senador afirmou ainda que "Dirceu está assoberbado com essas coisas [nomeações]". "Ele não tem tempo para ver, com a velocidade com a qual o governo precisa avançar, quais aquelas reflexões sobre a melhor política econômica e social", completou.

Segundo Suplicy, Dirceu anda ocupado com questões como "nomear e desnomear" e "atender essa ou aquela sigla" e fica sem tempo de analisar "coisas mais importantes".

Com suas declarações, Suplicy concorda em parte com as críticas feitas pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Maurício Corrêa, ao governo. Segundo ele, o presidente Lula centraliza as decisões nos ministros Antônio Palocci Filho (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil). Corrêa afirmou ainda que o governo realizou nomeações políticas.

O governo tem sido criticado, tanto por aliados como pelos partidos de oposição, pelo suposto loteamento da máquina pública, ou seja, pela indicação de políticos do partido para cargos antes

ocupados por técnicos.

A Casa Civil afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que Dirceu não comentaria as declarações do senador.

"As críticas são a descrição de um fato que acontece", afirmou o senador, que disse ainda não ficar "assustado" com as opiniões de Corrêa. "Às vezes faz bem que as pessoas da autoridade dele possam estar mostrando coisas im-

portantes para o governo."

O senador declarou que nunca indicou ninguém para ocupar cargo público. Disse que o que já ocorreu foi pessoas que trabalhavam com ele serem convidadas para ingressar no Executivo.

"Não me sinto bem em ver um governo que fica com esse tipo de procedimento. Não acho saudável. O PT era crítico dessa forma de agir", disse. (JULIA DUAILIBI)

Internacional Socialista fará reunião em SP

DA REPORTAGEM LOCAL

A cidade de São Paulo vai ser sede, por convite do PT, do próximo congresso da Internacional Socialista, ao qual participam mais de 100 partidos de todo o mundo. O encontro ocorrerá entre os dias 27 de outubro e 1º de novembro no Anhembi.

O secretário-geral da Internacional, Luís Ayala, esteve na cidade ontem, onde encontrou com o deputado federal Paulo Delgado (PT-MG) para definir os detalhes do congresso.

Segundo Delgado, será a primeira vez que um congresso da Internacional acontecerá fora dos Estados Unidos ou da Europa. "Fizemos o convite, e eles aceitaram. Tem muito a ver com a presença do presidente Lula no governo federal e da primeira dama Marta Suplicy [PT] em São Paulo", disse Delgado.

O PT pretende tornar-se membro efetivo da Internacional Socialista. Atualmente, o partido é apenas observador nos encontros. O PT é a única sigla brasileira que integra a entidade com membro efetivo desde 1989.

Devem participar, entre outros, Lionel Jospin e António Guterres, ex-primeiros ministros da França e de Portugal, respectivamente.

dos Deputados teve para convencer os parlamentares a votarem a favor na Reforma da Previdência, confirmando que o Partido dos Trabalhadores não parece atentar para a diferença entre negociar e barganhar.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

SEITE 21

pois o Alistair Soares, correspondente perpaleto para a América Latina do "Manchester Banner", ainda vive me perguntando "what is esculhambation?" Grinido: até as coisas simples do Brasil

A Instrução de Super-Direito era votar o relator de qualquer maneira na noite de quarta-feira ou, em último caso, na manhã da quinta. Considerava que as negociações estariam encerradas. Sobretudo, os mineiros ao contrário, não param nunca de conversar. Seguem o conselho do conterrâneo Antão Machado: "Mesmo a câmara da força, devosse apreciar o passo."

A reunião dos líderes no gabinete do presidente da Câmara compareceram somente os líderes

barganhar

O líder do PFL, José Carlos Aleluia, condenou a reforma antecipadamente:

partido e não apareceu. Esta reaparição para oposição conta e tem se sabido bem, ainda que com um certo jejum desengaçado de novidade que caracterizava os primeiros anos de sua atuação política. Inspiração nos líderes do PT, na época em que estavam passando pela síndrome do "não quero, não quero" aparecer uma proposta associada por Fernando Henrique para contrapor-se, de olhos fechados, à lei de Magalhães liderar em 1990, a chegada às casas, emenda seja mais ponderada e tenha algum maior em seu caráter a votar propostas que o governo não passado não conseguia aprovar. Lá pelas oito de noite, João Figueiredo incorporou o espírito de Carlos Guimarães e, depois de muitos meses de Palácio à informação de que se a Pádua disse: "Vamos vencer".

taxa de juros anunciada pelo presidente Lula ao Conselho do Desenvolvimento.

Lula prometia em campanha e realizou. Logo depois, o PT apostou na quinta-feira que pretende conquistar ao país que as grandes decisões têm de ser tomadas com todos os setores econômicos e sociais. Está cumprindo a palavra. Só que o PT não parece entender para a diferença entre, negociar e barganhar. Na conquista do apoio da PMDE já apareceu a diferença: o PT apostou no Senado a indicação do senador Luís Inácio, seu colosso de desvio de dinheiro público, para o TCU. O único socialista a votar contra foi Eduardo Suplicy, um político exótico que prefere trabalhar com a consciência a votar com conveniência. Lado contrário já ganhou a indicação de um diretor do Banco da Amazônia. Só falta ganhar um ministério.

MARCIO MOREIRA ALVES é jornalista.

Domingo, 7 de setembro de 2003

080790

OPINIÃO • 77

A SRA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

QUE NÃO SE ANDE PARA TRÁS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho neste momento a esta Tribuna para comentar artigo intitulado “Conquista ameaçada”, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 04 de setembro do corrente ano.

O artigo, de extrema atualidade, pelo que entendo que a inserção nos anais do Senado é oportuna, trata das mudanças sugeridas para o sistema de avaliação do ensino superior. O relatório elaborado pela

comissão formada pelo MEC ignora o direito do cidadão de conhecer a qualidade do ensino que é oferecido aos brasileiros, representando um retrocesso nos avanços conquistados com a criação do Provão.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

18 OPINIÃO

VISÃO DO CORREIO

Conquista ameaçada

As mudanças sugeridas para mudar o sistema de avaliação do ensino superior não parecem atender as expectativas da sociedade. Apresentado na segunda-feira, o relatório da comissão formada pelo MEC para propor alterações na forma de julgar as universidades não toma o rumo do esperado aperfeiçoamento. Ao contrário. Priva os cidadãos de importante conquista — a informação democrática sobre o desempenho das instituições de ensino superior.

Diferentemente do Provão, que dá para cada curso conceito de A a E, o Paideia não divulgará a nota por curso, mas por área. Assim, será impossível, por exemplo, saber a média do curso de letras, mas se poderá analisar a qualidade do ensino de ciências humanas. Mais: não se divulgará o ranking das universidades.

Desde que foi implantado em 1996, o Provão sofre pesadas críticas. Acusam-no de restringir-se à avaliação externa episódica e negligenciar a interna. Censuram-no por não ter levado ao fechamento de nenhuma faculdade embora tenha registrado péssimos desempenhos. Apesar das restrições, porém, os resultados são inegáveis.

A publicação dos conceitos e do ranking das instituições provocou mudança de cultura. Escolas, temendo arranhões na imagem, investiram na

excelência. Atualizaram bibliotecas e laboratórios. Apressaram-se em qualificar os quadros e pagar salários mais altos. Aumentaram cuidados com modernização de currículos. Empenharam-se, enfim, em oferecer melhor produto ao consumidor.

É direito do cidadão conhecer a qualidade do ensino. A nova proposta ignora esse direito. A apreciação por área não satisfaz o candidato porque cada curso tem sua especificidade. Não publicar o ranking não expressa o resultado em conceito é cassar uma conquista da sociedade.

A avaliação externa pode ser considerada um dos mais importantes avanços da educação na última década. Graças às provas aplicadas aos alunos do ensino fundamental, médio e superior, tornou-se conhecido o produto que a escola entrega aos brasileiros. A publicidade dos resultados significou um passo largo na direção da quebra do pacto mediocridade que impera no país.

O fim da divulgação de conceitos e classificações constitui uma das propostas de modificação na estrutura da avaliação do ensino superior. Há outras mudanças. Todo o sistema sugerido passará por consultas públicas. Só depois o MEC definirá as regras definitivas do projeto de lei que enviará ao Congresso. A expectativa é uma. Que, até lá, o modelo seja aperfeiçoado. Em outras palavras: que não se ande para trás.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, consta que o Brasil já é o segundo maior consumidor de drogas do mundo. Perde apenas para os Estados Unidos. Ano passado, a Secretaria Nacional Antidrogas divulgou dados do primeiro levantamento domiciliar sobre drogas, feito no País. O resultado é assustador: 11,2% da população brasileira é dependente de álcool, 9% de tabaco e 1% de maconha.

Esses dependentes necessitam de tratamento, Sr. Presidente. Por ser classificada mundialmente entre os transtornos psiquiátricos, o tratamento deve incluir, portanto, tanto aspectos comuns a toda a população de dependentes, quanto aspectos individualizadores, particulares de cada paciente.

É preciso não esquecer que a dependência de álcool e drogas é uma doença. Uma doença crônica, tal qual a hipertensão arterial e o diabetes. O tratamento de dependentes químicos é uma das formas de minimizar os prejuízos que costumam ocorrer na vida do indivíduo, de seus familiares, de seus vizinhos e possíveis empregadores, da comunidade em que o dependente vive, enfim, prejuízos que acabam repercutindo no País como um todo.

A ONU tem feito uma forte campanha para convencer os países a investirem em tratamento. Lançam mão, inclusive, de um argumento de natureza econômica: cada dólar investido em tratamento significa uma redução de 4 a 7 dólares no custo da delinquência relacionada às drogas. Segundo dados do Ministério da Saúde, os custos da perda de produtividade e mortes prematuras relacionadas às drogas no Brasil correspondem a 7,9% do Produto Nacional Bruto. Número equivalente a 28 bilhões de dólares.

Mas, para mim, não há argumento mais forte nem economia mais atraente do que o valor da vida humana. Sou favorável ao tratamento dos dependentes químicos, Sr. Presidente, em primeiríssimo lugar, pela possibilidade de trazê-los de volta à vida. O Brasil inteiro se emocionou, no ano passado, com o depoimento verídico de dependentes, inserido na novela de televisão *O Clone*. Foi uma iniciativa louvável de nossa premiada escritora Glória Peres, que comoveu o País todo e, certamente, conscientizou milhares de famílias, pais, professores para a presença nociva das drogas em casa, na escola, no bairro, na comunidade.

Pois bem, Sr. Presidente, o Governo Federal anunciou recentemente que pretende implantar neste ano 78 novos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas. Esses Centros, conhecidos pela si-

gla CAP, têm como objetivo prestar atendimento diário aos usuários de drogas e de álcool, privilegiando a redução de danos.

Segundo matéria da *Folha de S. Paulo*, de 20 de abril do corrente, o Ministério da Saúde revelou já ter os recursos para cumprir a meta de implantar, até o final do ano, um total de 120 CAPs em cidades com população igual ou superior a 200 mil habitantes.

O Ministério pretende, em linhas gerais, descriminalizar o usuário para que ele seja tratado sob a ótica da saúde pública; diminuir o estigma e o preconceito relativos ao uso dessas substâncias por meio de atividades educativas e, ainda, minimizar as consequências do uso. O Ministério da Saúde entende que descriminalizar uma conduta não é subtrair dela qualquer forma de controle. Entende também que é necessário o debate com a sociedade e com o setor legislativo para a construção de arcabouços legais que amparem as ações necessárias.

Iniciativas dessa natureza são altamente louváveis, Sr. Presidente. E o Congresso Nacional – tenho certeza – acolherá de muito bom grado o debate das questões que venham a melhorar e aperfeiçoar a atenção que devem receber os usuários de drogas e de álcool em nosso País. No que depender de minha participação nesse assunto, saiba o Governo Federal, saibam os familiares dos dependentes, saibam os dependentes eles mesmos que sempre estarei a postos, nesta e em qualquer outra tribuna do País, para defender a questão do tratamento devido aos dependentes com toda seriedade e comprometimento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para felicitar o eminente Deputado Federal Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes, por sua brilhante atuação à frente do Ministério.

Ao completar cem dias como titular daquela pasta, o Ministro mostrou eficiência e já ganhou a simpatia de todo o mundo esportivo. Sob sua coordenação, sua competente equipe já conseguiu estabelecer as linhas mestras da nova Política Nacional de Esporte e Lazer, baseada nas demandas da sociedade brasileira.

Segundo fontes do Ministério, pelo menos dois aspectos são fundamentais para a melhoria das condições gerais do esporte no País e para o cumprimento das metas estabelecidas para os próximos quatro anos.

Em primeiro lugar, é preciso que Senadores e Deputados Federais dediquem mais tempo ao assunto e aprofundem o debate sobre os novos rumos que devem descortinar-se para o futuro do esporte brasileiro. Para isto, pronunciamentos devem ser feitos nos plenários das duas Casas e amplo debate deve ser incentivado nas Comissões pertinentes. Por exemplo, como lembra o Ministro Agnelo Queiroz, é fundamental que os parlamentares discutam amplamente o novo Estatuto Brasileiro do Esporte, que está em tramitação no Congresso Nacional, bem como o Estatuto dos Direitos do Torcedor e a ação moralizadora da Medida Provisória n.º 79, de 27 de novembro de 2002. Se o Congresso se envolver com mais afinco no exame dessas questões, certamente estará prestando uma valiosa colaboração ao desporto brasileiro. E mais, prestará ajuda inestimável às ações governamentais, tornando-as mais ágeis, mais transparentes e mais eficientes.

O segundo aspecto mais importante a ser considerado é o esporte como instrumento de inclusão social. Está mais do que provado que a ação esportiva tem imensa capacidade de mobilização e, quando bem direcionada, pode abrir um amplo leque de oportunidades e contribuir de forma altamente positiva para afastar muitos jovens do caminho da marginalidade.

Pois bem, em um País como o nosso, que convive com uma vergonhosa dívida social, que coloca cerca de 85% da população na pobreza e abaixo da linha de pobreza, torna-se urgente direcionar o esporte para o combate contra essas injustiças. Para começar essa batalha, o Ministério definiu como uma das metas, o aproveitamento de infra-estruturas esportivas já existentes de Unidades Militares, Associações Cívicas, Clubes Sociais e outros, muitas delas em situação de ociosidade. Tal objetivo, além de atender às populações carentes, representaria baixo custo para as finanças públicas. Mais importante ainda é que, com esse programa, o Ministério pretende atingir 1 milhão de jovens ao ano, até completar 4 milhões em 2006, o que já é uma grande conquista social.

Outras iniciativas em prol da cidadania merecem alguns comentários por serem igualmente criativas e também geradoras de oportunidades para milhares de jovens. Podemos destacar, por exemplo, o projeto Forças no Esporte, que, segundo os técnicos do Ministério, deverá ser estruturado em parceria com o Ministério da Defesa. Aliás, o referido projeto já está em andamento e brevemente quatro núcleos esportivos serão implantados, dois no Rio de Janeiro e dois em São Paulo. Convém destacar que essa parceria

objetiva o aproveitamento das instalações esportivas militares.

Outras iniciativas semelhantes estão sendo viabilizadas com o Serviço Social do Comércio (SESC) e com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI). O mesmo será tentado em mais de seis mil clubes sociais e com as Associações Atléticas do Banco do Brasil (AABB) espalhadas pelo Brasil afora.

Outro destaque é a criação de oficinas para a produção de equipamentos esportivos no sistema prisional brasileiro, utilizando a mão-de-obra dos próprios detentos. A idéia merece todos os aplausos, porque é de grande repercussão social. Ao mesmo tempo que garante o fornecimento de materiais esportivos a baixo custo, o projeto é gerador de dignidade, motiva o detento, contribui para a diminuição de sua condenação, abre uma perspectiva profissional e de reinserção social no final da pena, gera salário, ocupa praticamente todo o tempo do prisioneiro e afasta-o da solidão e de novos crimes que são cometidos dentro das próprias prisões. Fontes do Ministério divulgam que a iniciativa já é uma realidade em 26 Unidades da Federação e conta com 53 oficinas de produção. Ao todo, 12.700 internos são beneficiados e cerca de 700 mil itens são produzidos. O objetivo é o de criar mais 12 oficinas até o final deste ano e incluir mais 6,5 mil detentos no projeto.

Por fim, a ação do Ministério pretende envolver este ano 4.200 escolas e cerca de 3 milhões de alunos em todo o País. O objetivo é o de oferecer atividades esportivas no contra turno e nos finais de semana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como vimos no decorrer deste pronunciamento, em pouco tempo o Ministério dos Esportes está conseguindo transformar os objetivos do esporte nacional e envolver milhões de jovens nessa grande mudança que está ocorrendo. É necessário destacar que é justamente desse conjunto de providências que estão sendo tomadas que nasce a força da mobilização que está acontecendo em nível nacional.

Assim, com toda essa vontade de fazer, de expandir as atividades esportivas e transformá-las realmente em um poderoso instrumento de integração e inclusão social, não tardará o dia em que o esporte fará, verdadeiramente, parte da vida diária de cada brasileiro.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os

trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 821, de 2003, - art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2003 (nº 3.561/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais)

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 1999

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *altera a Constituição Federal para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional*, tendo

Parecer sob nº 29, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2001

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que *acrescenta o § 5º ao art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União*, tendo

Parecer sob nº 1.198, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Bornhausen, que *altera a redação da alínea “b” e acrescenta alínea “c” ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal* (dispondo sobre o regime de permissão e utilização de radioisótopos, e pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minerais e minerais nucleares e derivados), tendo

Parecer sob nº 767, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 5 –

REQUERIMENTO Nº 739, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 739, de 2003, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2003, a fim de aguardar a deliberação da Câmara dos Deputados sobre o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1996.

– 6 –

REQUERIMENTO Nº 752, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 752, de 2003 (apresentado pela Comissão de Educação, como conclusão de seu Parecer nº 1.182, de 2003, Relator *ad hoc*: Senador Edison Lobão) solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2002, a fim de aguardar a remessa a esta Casa das propostas relativas à reforma tributária, em tramitação na Câmara dos Deputados.

– 7 –

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2003 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 838, de 2003, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, solicitando nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 36 minutos.*)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA NA
SESSÃO DO DIA 18-9-03, QUE,
RETIRADO PARA REVISÃO PELO
ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

(Art. 201, § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal decidiu, ontem, por oito votos contra três, que propagar idéias anti-semitas, por meio da edição de livros, é crime de racismo, imprescritível e inafiançável, conforme reza a Constituição Federal em seu art. 5º, Inciso XLII.

O processo contra o editor gaúcho Siegfried Ellwanger, acusado de incitar o ódio contra o povo judeu, teve início em 1991. Naquele ano, o Ministério Público acusou-o de promover ódio, desprezo e preconceito contra os judeus. Inicialmente, a Justiça Criminal de Porto Alegre o absolveu, depois, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul acolheu um recurso do Ministério Público e condenou o editor a dois anos de prisão, convertidos em prestação de serviços comunitários. Transcorreram, portanto, 12 anos até a emblemática decisão de ontem. O processo foi julgado em cinco sessões plenárias, desde dezembro de 2002, e adiado sucessivamente em virtude de pedidos de vista. Por fim, o Supremo negou o pedido de **habeas corpus** e manteve a condenação do editor.

Sr. Presidente, na qualidade de representante – na verdade, presidente – do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, quero parabenizar nossa Suprema Corte de Justiça por punir exemplarmente alguém que fomenta o ódio e o preconceito contra um povo secularmente sofrido, a fim de que tais manifestações injustas e imorais não mais se repitam neste País.

Depois de consignar essa moção de aplauso ao Supremo Tribunal Federal e de reafirmar nossa crença nos direitos de liberdade de culto, de religião e de expressão e contra qualquer tipo de preconceito, de racismo e de discriminação, eu gostaria também de consignar, como Senador pelo Rio de Janeiro, a minha tristeza de, mais uma vez, ver o meu Estado discriminado.

Passou-se uma semana. Sexta-feira passada ocupei esta tribuna porque, depois de um gesto de muita grandeza, o Senado Federal transformou em lei a possibilidade de o Estado do Rio de Janeiro trocar as garantias que tinha dado em capital, em dinheiro, em moeda firme, em decorrência de um empréstimo

que havia contraído, por garantias oriundas de royalties do petróleo, já que temos excedentes na produção e podíamos dá-las. Mas o Secretário do Tesouro entendeu que medidas técnicas são mais importantes do que o bem-estar de funcionários – e são milhares – que amargam há nove meses o atraso no pagamento do 13º salário. São pais de família que têm contas para pagar, senhoras que usam o 13º para comprar um móvel, um eletrodoméstico para a sua casa, pessoas que tentam minorar o sacrifício, o sofrimento de viver em comunidades carentes. O meu Estado hoje é vítima não só da violência, mas também do desemprego, da falta de infra-estrutura e de uma realidade muito dura.

Ao mesmo tempo em que louvo esse julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal, repudio o tratamento discriminatório que o Rio de Janeiro tem recebido. Isso é histórico e decorre de regras injustas da Constituição. Essa situação vem-se arrastando por muitos Governos sem que ninguém tome uma providência.

Esta semana saiu a notícia de que a verba de R\$40 milhões, do Ministério da Justiça, que deveria ser aplicada em segurança não seria repassada ao Rio de Janeiro porque o Estado estaria inadimplente. Gostaria de saber que matemática é essa, Sr. Presidente. O meu Estado arrecada R\$40 milhões todos os anos. É o segundo arrecadador da União. No entanto, é o único ente da Federação que recebe de volta menos de 5% do que arrecada e, em vez de ser festejado, conclamado, eleito como o Estado mais solidário, é taxado de inadimplente. Como um Estado que manda R\$40 milhões e recebe R\$1 milhão de volta pode ser chamado de inadimplente? É um escândalo, uma vergonha! É como se um filho ingrato negasse tudo o que a mãe fez e, depois de adulto, ganhando bem, decretasse a falência de sua mãe aposentada que ganha um salário mínimo. É uma comparação grosseira, mas é assim que me sinto. Isso é feito em nome do equilíbrio federativo. O Rio de Janeiro importa 90% do que consome – é bom que se diga isso. Quando vamos ao supermercado, no meu Estado, empurrando um carrinho entre as gôndolas, percebemos que 90% dos produtos que compramos são importados, vêm do interior de São Paulo, do Tocantins, de Mato Grosso, do Paraná, seja uma lata de Nescau, seja ou uma lata de leite condensado, seja o que for.

O meu Estado é rico em minerais, principalmente petróleo, cujo ICMS nos é negado. Ainda assim, esse Estado, que tem ocupado as manchetes dos jornais por causa da violência das suas comunidades carentes, da luta de tantos desempregados que ten-

tam sobreviver, é considerado inadimplente. Como é que pode o segundo maior acionista desse banco chamado Brasil ser tratado de maneira tão ingrata por todos os Presidentes?

Pensei que isso mudaria com o nosso atual Presidente, porque foi quem mais votos obteve no Estado do Rio de Janeiro. Senhor Presidente Lula, o Estado do Rio de Janeiro, proporcionalmente, foi aquele que mais lhe deu votos e, proporcionalmente também, é o Estado que mais sofre com a discriminação do Governo Federal.

A promessa de nossa refinaria está cada vez mais distante. Instalada a nova Legislatura, já na primeira ou segunda semana era confiscado o ICMS do Rio de Janeiro, num imbróglio político que não foi negociado de maneira generosa. De lá pra cá os repasses provenientes de convênios, de contratos e de todos os tipos de verbas ministeriais são negados ao Rio exatamente em virtude de pseudo-inadimplência.

Deixemos a matemática de lado, a aritmética constitucional, tão influenciada pela política – e muitas vezes a política partidária, injusta – para pensar nesses números. Como se pode dizer – e quero repetir isso aqui – que um Estado que manda R\$40 bilhões todos os anos para o Governo Federal e recebe de volta menos de 5% – do Acre ao Tocantins, do Oiapoque ao Chuí, é o único caso nesta Federação, ninguém mais recebe menos de 5%, só o Rio de Janeiro – ainda assim é chamado de Estado inadimplente?

Infelizmente, a Federação tem Estados inadimplentes, que nasceram sem pagar suas contas públicas. Deviam ser territórios até hoje, mas a generosidade do povo brasileiro transformou territórios ina-

dimplentes em Estados inadimplentes e até hoje recebem ajuda, principalmente de Estados mais ricos como o meu.

Há uma série infindável de Municípios que foram criados na ganância política, insaciável. Mais de mil Municípios se criaram nessas últimas décadas no meu País. Muitos deles nasceram inadimplentes e são inadimplentes até hoje, vivem de recursos que vêm de outras partes do Brasil.

Mas o Rio de Janeiro, não. O Rio de Janeiro só é inadimplente no coração dos ingratos. E aí eu gostaria de lembrar Rui Barbosa*, que disse que, se pudessem incluir mais um crime no Código Penal Brasileiro, incluiria o crime da ingratidão. Cito também outro brasileiro, que hoje preside esta sessão, Senador Mão Santa, que certa vez me ensinou uma frase extraordinária: “A gratidão é a memória do coração, a mãe de todas as virtudes”. Está faltando gratidão a tantos políticos e ao Presidente da República, que se elegeu com uma votação extraordinária no meu Estado e hoje diz que o Rio de Janeiro, o segundo arrecadador da União, o 14º a receber recursos do Governo Federal em todos os tempos, é um Estado inadimplente. Vejam a que ponto chega a ingratidão dos homens.

Gostaria de deixar consignado – e peço que transcrevam nos Anais desta Casa – o desabafo de um homem simples, de um homem do povo, de um aprendiz de Senador, mas que não erra nos números e que, amargamente, amanhã, seguramente, verá uma realidade dura de pessoas que não receberão o 13º por motivos que não consigo entender.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Renildo Santana
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Subcomissão Permanente de Proteção dos
Cidadãos Brasileiros no Exterior

PRESIDENTE: Senador
VICE-PRESIDENTE: Senador

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546
E-mail: sscomcre@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001
2ª Eleição Geral: 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca (PDT) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁶			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁸			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

Notas:

(atualizada em 18.09.2003)

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ O Senador **Juvêncio da Fonseca** desligou-se do PMDB e filiou-se ao PDT em 11.9.2003, conforme ofício lido na Sessão do SF dessa data.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18. 9.2003, em substituição ao Senador Renildo Santana, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMA
(Vago) ⁸		
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁷	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (aguardando definição)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
<u>Senador EDUARDO SUPLICY</u> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<u>Deputada ZULAIÊ COBRA</u> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



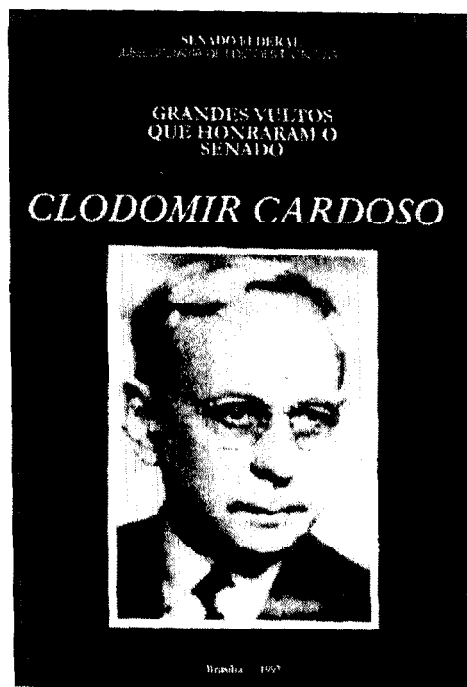
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS